

TEORIA DA GRAMÁTICA: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

THEORY OF GRAMMAR: TENDENCIES AND PERSPECTIVES

*Maria Denilda Moura*¹

*Rozana Reigota Naves*²

*Heloisa Maria M. L. Salles*³

*Ruth Elisabeth V. Lopes*⁴

*Márcia Caçado*⁵

*Maria José Foltran*⁶

*Maria Cristina Figueiredo Silva*⁷

*Hely Dutra Cabral da Fonseca*⁸

¹ Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL); conselheira titular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL); denilda.moura@fapeal.br.

² Professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB); coordenadora do grupo de trabalho Teoria da Gramática, biênio 2008-2010; rnaves@unb.br.

³ Professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB); vice-coordenadora do grupo de trabalho Teoria da Gramática, biênio 2008-2010; heloisasalles@gmail.com.

⁴ Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); coordenadora do grupo de trabalho Teoria da Gramática, biênio 2006-2008; ruthevlopes@gmail.com.

⁵ Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); coordenadora do grupo de trabalho Teoria da Gramática, biênio 2004-2006; mcacado@ufmg.br.

⁶ Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); vice-coordenadora do grupo de trabalho Teoria da Gramática, biênio 2004-2006; mfoltran@ufpr.br.

⁷ Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR); pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); coordenadora do grupo de trabalho Teoria da Gramática, biênio 2000-2002; mariacristinafigueiredo@ufpr.br.

⁸ Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); membro do grupo de trabalho Teoria da Gramática; cabral@uefs.br.

RESUMO: Este artigo, comemorativo dos 25 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Linguística (ANPOLL), traz um panorama dos principais temas que vêm sendo debatidos recentemente pelo Grupo de Trabalho Teoria da Gramática (GT-TG), que congrega pesquisadores dedicados ao estudo da gramática das línguas naturais sob abordagens formais. Com esse panorama, pretendemos dar visibilidade ao percurso que a teoria gramatical de base formalista vem desenvolvendo no Brasil (situando-a no cenário internacional), ao mesmo tempo em que pontuamos as perspectivas para pesquisas futuras no âmbito do GT-TG.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da gramática. Formalismo. Línguas naturais. Pesquisa linguística no Brasil.

ABSTRACT: This paper, specially written for the celebration of the 25th anniversary of the National Association of Research and Post-Graduation in Letters and Linguistics (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística – ANPOLL), provides an overview of the main topics being recently discussed within the so-called ‘Theory of Grammar’ Working Group of ANPOLL. The Theory of Grammar Working Group is composed of researchers affiliated to Graduate Programs of Linguistics Research in a number of Universities in Brazil, which are dedicated to the study of the grammar of natural languages in a formal framework. The aim of the paper is to bring to the fore the results of recent research as well to point out prospects for future research.

KEYWORDS: Theory of Grammar. Formalism. Natural languages. Research on linguistics in Brazil.

INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho Teoria da Gramática (doravante GT-TG) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL) tem como objetivos: (i) promover o desenvolvimento do estudo da gramática das línguas naturais com base em abordagens formais da Linguística teórica; (ii) incentivar a cooperação e o diálogo especializado entre os membros do GT (professores e pesquisadores de todo o Brasil); (iii) compartilhar a produção científica nessa área específica do conhecimento.

O GT-TG congrega pesquisadores credenciados em Programa de Pós-graduação em todo o Brasil, que desenvolvem trabalhos nas áreas de Sintaxe, Semântica, Fonologia, Morfologia e Aquisição de Linguagem. Essa diversidade de áreas dentro do campo da teorização gramatical de base formalista tem possibilitado o debate interdisciplinar de temas relacionados à constituição de modelos de análise linguística, notadamente no âmbito da teoria gerativa, e também em outras abordagens formais, e à manifestação dos fenômenos gramaticais nas interfaces entre a Sintaxe e a Semântica, o Léxico e a Sintaxe, a Fonologia e a Sintaxe, além da investigação de fenômenos relativos ao desenvolvimento lingüístico na aquisição de linguagem e na mudança lingüística. O GT-TG também tem estabelecido com regularidade a interlocução com outros Grupos de Trabalho vinculados à ANPOLL, tais como o GT Psicolinguística, o GT Línguas Indígenas, o GT Linguagem e Surdez, o GT Linguagem e Cognição. Os debates inter-GTs envolvem tanto

a participação de membros do GT de Teoria da Gramática na programação de outros GTs quanto a presença de membros de outros GTs da ANPOLL na programação dos encontros do GT-TG.

Desde 2004, o funcionamento do GT-TG segue uma linha de organização temática, buscando priorizar a discussão com relação a temas específicos, os quais podem ser tomados como diretivas de pesquisa para aqueles membros que queiram desenvolver um trabalho de cooperação entre as Universidades, com vistas à criação de intercâmbios e de formação de redes de pesquisa interinstitucionais. Esses temas, sugeridos pelos membros do Grupo de Trabalho, também orientam a organização dos Encontros anuais do GT-TG, em que se tem procurado contar com a participação de pesquisadores das mais variadas Universidades do Brasil (na qualidade de apresentadores e debatedores), assim como com a participação de membros de outros GTs, como mencionado anteriormente.

O presente artigo desenvolve-se com o objetivo de resgatar discussões e resultados de pesquisa apresentados no âmbito dos eventos do GT-TG, privilegiando, por uma questão de espaço, os temas debatidos nos últimos cinco Encontros anuais do GT-TG. Propõe-se traçar um panorama de alguns trabalhos apresentados, indicando as vinculações teóricas adotadas, de forma a dar visibilidade ao percurso que a teoria gramatical de base formalista vem desenvolvendo no Brasil (situando-a ainda no cenário internacional) e, ao mesmo tempo, pontuar as perspectivas para pesquisas futuras. Cada seção do artigo traz, portanto, um tema específico relativo à Teoria da Gramática, a saber: Seção 1 – Epistemologia; Seção 2 – Propriedades das Interfaces; Seção 3 – Estrutura Informacional; Seção 4 – Estrutura Argumental. Nas Considerações Finais, encontra-se um breve resumo dos tópicos apresentados e apresentam-se perspectivas futuras para o desenvolvimento dos trabalhos do GT-TG.

1. TEORIA DA GRAMÁTICA: EPISTEMOLOGIA

O programa “gerativo” da linguística teórica tem atualmente mais de cinquenta anos. Ao longo de sua breve história, os objetivos e os métodos do programa mudaram, como é de se esperar de qualquer investigação científica de fenômenos naturais.

Boeckx e Hornstein (2007: 61) estabelecem três fases ou períodos do empreendimento gerativista: (i) *combinatória*, (ii) *cognitiva*, e (iii) *minimalista*. Cada uma oferece paralelismos conceituais com as ciências mais desenvolvidas (e nelas procura inspiração). A fase *combinatória*

se “conecta” em um certo nível com a engenharia, a fase *cognitiva* com a biologia, e a fase *minimalista* com a física. Cada fase é associada a um texto central (ou dois) de Noam Chomsky, o que permite atribuir à pesquisa em cada uma das fases seu aspecto técnico distintivo e sua marca teórica. O texto central da fase *combinatória* é *Syntactic Structures* (Chomsky, 1957). A época *cognitiva* é dividida em duas partes: o texto central da primeira parte é *Aspects of the Theory of Syntax* (Chomsky, 1965), e da segunda é *Lectures on Government and Binding* (Chomsky, 1981). A última fase reflete o espírito do livro *The Minimalist Program* (Chomsky, 1995).

Como podemos observar, questões de natureza epistemológica estão na base do programa “gerativo” chomskiano. A explicitação, ou problematização, de algumas das fases ou do conjunto de fases do programa “gerativo” são perceptíveis nos temas abordados em pelo menos três das conferências realizadas nos Encontros do GT-TG, relatadas a seguir.

A conferência intitulada *A Problemática Aceitação da Noção de Inatismo na Cognição da Linguagem*, proferida no Encontro do GT em 2006 e publicada em 2007, trata de questões relacionadas à noção de inatismo, que permanecia quase inteiramente circunscrita aos ambientes acadêmicos. Lemle questiona se o fazer científico seria justificado para responder simplesmente à pergunta ‘como o universo é’, se fosse essa uma pergunta sensata. Para responder a esse questionamento, a autora discorreu sobre a divisão do livro *Knowledge of Language, its Nature, Origin and Use* (Chomsky, 1986) em duas partes. A primeira apresenta a teoria da gramática gerativa como uma modalidade do *problema de Platão*, que indica que as pessoas possuem conhecimentos que não têm origem em sua experiência direta. A segunda apresenta o *problema de Orwell*, em que Chomsky aponta a falta de hábitos críticos no pensamento político da sociedade americana da época, que se mostrava padronizada e deformadora da realidade tal como retratado na obra do escritor inglês George Orwell.

Procurando retomar os estudos de cognição dos anos 90, fundamentados em uma arquitetura das mentes dos animais e dos humanos dotada de módulos geneticamente determinados, desenhados para determinadas tarefas cognitivas, Lemle faz referência à etologia, ciência que estuda o comportamento dos animais, traçando um paralelo com a gramática gerativa: ambas procuram descrever capacidades cognitivas particulares das espécies – no caso da gramática gerativa, mecanismos espécie-específicos e tarefa-específicos para a percepção do mundo e que constituem verdadeiros órgãos especializados para a captação e utilização de informação, órgãos

de aprendizado (*learning organs*), no dizer de Charles Gallistel. No caso dos animais, tais órgãos seriam fruto da evolução de cada espécie, sistemas cognitivos pré-formatados com base em princípios inatos, implementados de acordo com circunstâncias particulares: os dados da experiência. É sabido que abelhas e formigas efetuam e mantêm constantemente ativado um cálculo a respeito da relação entre o ponto de partida e o ponto onde se encontram, até o instante em que descobrem uma fonte de alimento. Esses insetos fazem isso com base, por um lado, em um saber inato sobre qual é a localização do ponto cardeal Norte (tomado teoricamente como um *princípio* constante) e, por outro lado, na posição do azimute solar (que constitui um *parâmetro*, já que a posição do sol muda de acordo com a estação do ano e a hora do dia). Como os insetos são capazes de localizar a colmeia ou o formigueiro em relação à fonte de alimento independentemente da hora do dia e mesmo se o tempo estiver nublado, os etólogos concluem que esse é um saber inato.

Lemle cita, ainda, as pesquisas sobre o canto dos pássaros, que mostram que, nesse caso, também existe uma combinação de *princípios* gerais e de *parâmetros* de variação a serem fixados pela experiência. As analogias vão surgindo à medida que os estudos avançam, indicando uma aproximação entre as características dos conhecimentos dos animais e as propostas da teoria chomskiana de Princípios e Parâmetros (P&P). Observa-se que o que depende de dotação genética corresponde aos *princípios*. Os *parâmetros* são os fatores que precisam ser adquiridos através da experiência.

A polêmica que ronda essa área de pesquisa está na possibilidade (atestada por Hauser *et al.*, 2002) de ser a recursividade uma propriedade exclusiva da sintaxe das línguas humanas. Gentner *et al.* (2006) mostram que há padrões recursivos no canto dos estorninhos e afirmam que a capacidade de recursividade encontrada nos estorninhos contradiz a suposição chomskiana. No entanto, alerta Lemle que Gentner não menciona qualquer contraparte semântica para os padrões recursivos dos estorninhos, o que a autoriza a crer que a recursividade no canto dos pássaros seja uma propriedade atinente apenas à fonologia. Lemle lembra também que nas línguas humanas a sintaxe entrega as sentenças, quando do uso da recursividade, para duas interfaces: PF (*Phonetic Form*), que lê a forma fonética/fonológica, e LF (*Logical Form*), que, ao escanear a estrutura sintática, fornece leituras semânticas que são em parte arbitrárias – via Enciclopédia – e em parte calculadas composicionalmente – via Forma Lógica. Lemle ressalta que é estranho que os ornitologistas estejam minimizando

essa grande diferença, e dessa forma, aponta que ingressamos no *problema de Orwell*, pois a ciência da cognição envolve questões antropológicas interessantes, mas que fazem os cientistas passarem ao largo da diferença crucial entre a recursividade puramente estrutural, encontrada no canto dos estorninhos, e a recursividade com contraparte semântica, manifesta na computação em línguas humanas.

Lemle ressalta, em sua conferência, que os aficionados da teoria da gramática gerativa são minoria, apesar de ela ser perfeitamente harmônica com os estudos da evolução das espécies. Defende ser necessário dar atenção ao caráter orwelliano dessa situação e pergunta: “que mecanismo de sobrevivência é esse, que nos causa desconforto quando se trata de acatar que não temos consciência de uma parte significativa daquilo que sabemos, pois são mecanismos gestados por caminhos secretos da natureza, e não se desnudam ao olhar raso que deseja coisas transparentes e controláveis?” A autora conclui afirmando que é uma meta sensata almejar saber como é o universo de nossas entranhas.

O *problema de Platão* também foi tema da conferência *Pobreza de Argumentos contra os Argumentos de Pobreza de Estímulo*, proferida por Maxmiliano Guimarães no Encontro do GT-TG em 2006 e publicada em 2007. Esse trabalho tem como eixo central o fato de o conhecimento gramatical internalizado por cada ser humano ser parcialmente inato e não um subproduto de mecanismos de aprendizagem. Avaliar essa tese significa levar em consideração seu arcabouço empírico e a lógica de seus argumentos. Uma questão central nesse domínio é a pobreza de estímulos (ou, como denominado por Chomsky, *o problema de Platão*), cuja lógica, segundo o autor, tem sido sistematicamente incompreendida por muitos que são contrários à hipótese inatista.

Guimarães se propõe a lançar luzes sobre essa incompreensão e, nesse sentido, observa que, embora as crianças frequentemente cometam erros fazendo generalizações indevidas, há certos erros que elas nunca cometem. Isso mostra que, embora o estímulo (o *input* ou os dados lingüísticos com os quais têm contato) seja pobre, elas conhecem as regras, ou seja, não há evidências nos dados lingüísticos primários que desencadeiem a aprendizagem de um certo princípio gramatical a partir de um estágio zero. Podem ser citados como conhecimento gramatical dessa ordem os efeitos de ilha sintática, a conservatividade de determinantes, as restrições sobre interpretação correferencial de expressões nominais e as condições de localidade sobre deslocamentos.

O autor sugere que o caminho bem-sucedido para que se argumente eficientemente contra a hipótese inatista deveria ter os seguintes passos:

- a. tomar como ponto de partida os fatos empíricos que os chomskianos apresentam como evidência para a hipótese inatista (e não outros fatos quaisquer que os inatistas nunca tenham considerado como oriundos de mecanismos inatos);
- b. reproduzir fielmente e precisamente o argumento dos chomskianos acerca do porquê de os fatos em (a) serem evidência para o inatismo;
- c. demonstrar, com rigor científico, as supostas falácias nos argumentos em (a) ou (b);
- d. apresentar uma análise alternativa não inatista, que efetivamente dê conta dos fatos em (a) sem enfrentar os problemas em (c) ou problemas análogos.

Guimarães observa que, em geral, os ataques contra a hipótese inatista não atendem nem mesmo os primeiros passos. Assim, na segunda parte de sua conferência, opta por dialogar com os que minimamente entendem a forma de questionar uma hipótese científica, mostrando, no entanto, a falácia da argumentação desses estudiosos e afirmando que é possível desconstruir cada um dos argumentos apresentados contra a pobreza do estímulo.

Em conferência realizada no Encontro de 2005, com o título *Minimalismo: Um Balanço Otimista*, Jairo Nunes propõe-se a estabelecer um diálogo entre o modelo teórico conhecido como Regência e Ligação (*Government and Binding/GB*) e o chamado Programa Minimalista, ambos enquadrados na abordagem de P&P. Nunes retoma a formulação do *problema de Platão* no domínio da linguagem, de que se extrai o fundamento lógico para a conclusão de que o ser humano é dotado da faculdade de linguagem, uma capacidade inata que permite ao ser humano adquirir um sistema complexo – uma língua natural – a partir de um *input* linguístico reduzido, no que se refere à disponibilidade de evidência para o conhecimento linguístico alcançado.

A teoria de P&P formula essa ideia em termos da hipótese de que a faculdade de linguagem compreende um *estado mental inicial* (S_0), designado *Gramática Universal* (GU). A GU compreende um conjunto de *princípios* universais, invariantes, a que se associam um arranjo finito de opções – os *parâmetros* –, cujos valores são especificados no processo de aquisição da língua, com base no *input* linguístico recebido (Chomsky 1981). Nesse sentido, a *gramática particular* corresponde ao *estado mental*

final (S_n), resultante da interação entre o *estado inicial* e a *experiência*, que dá acesso aos dados de entrada (*input linguístico*), dos quais são extraídas as propriedades específicas da gramática da língua particular adquirida. Ao propor repensar o modelo GB em termos *minimalistas*, o autor destaca pontos que vêm sustentar a revisão do modelo teórico tendo em vista a hipótese de que requisitos de simplicidade e parcimônia adotados na sustentação das teses gerativistas poderiam ser estendidos à própria natureza do objeto – no caso à língua, o que se traduz na pergunta: *Quão perfeita é a língua?*

O programa de pesquisa, tal como formulado em Chomsky (1995), e em obras subsequentes, parte do pressuposto de que a *língua* L consiste de um sistema computacional ($C_{H(uman)L(anguage)}$) e de um léxico, o qual é constituído por itens lexicais formados por traços abstratos de três tipos, a saber *traços fonológicos, semânticos e formais*. Definidos como feixes de traços, os itens lexicais projetam-se como núcleos sintáticos, de acordo com uma teoria da projeção sintagmática, e formam objetos sintáticos mediante a operação (binária) *concatenar* de C_{HL} . Assumindo-se que os objetos linguísticos combinam, em termos saussureanos, *significante* e *significado*, que correspondem, respectivamente, aos níveis de representação das propriedades fonéticas/fonológicas e das propriedades lógicas da expressão linguística, a hipótese minimalista é a de que as especificidades da linguagem humana são determinadas pelas condições impostas pelos sistemas cognitivos da mente/do cérebro que fazem interface com a faculdade de linguagem, na interpretação das propriedades dessas representações, a saber as interfaces articulatorio-perceptual (A-P) e conceitual-intencional (C-I).

Impõe-se, dessa forma, um requisito de legibilidade segundo o qual somente traços legíveis nas interfaces sobrevivem na geração de uma expressão linguística – traços supérfluos, ou não-interpretáveis na interface relevante, devem ser eliminados, o que, por hipótese, pressupõe a operação de checagem de traços, que elimina traços não-interpretáveis (nas interfaces). Nesse sentido, somente os níveis de representação que fazem interface com os sistemas de desempenho A-P e C-I, a saber, PF e LF, respectivamente, são considerados conceitualmente necessários – conseqüentemente, os níveis de representação intermediários Estrutura-D (*Deep Structure/DS*) e Estrutura-S (*Superficial Structure/SS*) são considerados supérfluos.

Fazendo um balanço otimista desses postulados, o autor discute aspectos que, em GB, não são explicados satisfatoriamente, demonstrando que a abordagem minimalista propicia solução mais adequada. É o caso, por

exemplo, do estatuto da DS, definida em GB como o nível de representação em que propriedades lexicais (como a estrutura argumental de um predicado) são projetadas na gramática, mediante a aplicação da Teoria Temática e da Teoria da Projeção Sintagmática (Teoria X-Barra). Assim concebida, a DS não encontra correlato em nenhuma das interfaces – sua manifestação como nível de representação é determinada por requisitos de natureza teórica. Além disso, coloca-se também a questão da redundância, considerando-se que as propriedades lexicais se manifestam em outros níveis da derivação. Originalmente, esse nível de representação é essencial na análise das estruturas ditas de controle e de alçamento, ilustradas em (1) e (2), com as respectivas DSs, em (3) e (4):

(1) Maria tentou beijar João

(2) Maria parece amar João

(3) DS: [[a Maria]_{“tentador”} tentou [PRO_{“beijador”} beijar João_{“beijado”}]_{proposição}]

(4) DS: [⁴ parece [[a Maria]_{“amador”} amar [o João]_{“amado”}]_{proposição}]

Note-se que a DS capta o fato de que os papéis temáticos são interpretados *localmente*, na posição de argumento externo e interno de cada predicado – um requisito da Teoria Temática. Assim, em (3), o predicado *beijar* tem um argumento externo – *o beijador* – e um argumento interno – *o beijado*. O argumento externo é realizado sintaticamente por uma categoria pronominal nula PRO, cuja referência é determinada por meio de uma relação anafórica (obrigatória) com o argumento externo do predicado *tentar*, associado ao papel temático *tentador*, e realizado pelo sintagma *a Maria*. Essa relação, referida como *controle* (obrigatório), é determinada estruturalmente, diante do estatuto infinitivo da oração subordinada, que impõe que o sujeito da oração subordinada seja nulo. Em (4), igualmente, a DS indica que o argumento externo do predicado *amar*, associado ao papel temático de *amador*, é realizado pelo sintagma *a Maria*, enquanto o argumento interno, associado ao papel temático *amado*, é realizado pelo sintagma *o João*. Diferentemente de (3), porém, o predicado da oração matriz *parecer* não seleciona argumento externo, o que significa que essa posição é atemática. Diante dessa característica, manifesta-se o fenômeno do *alçamento*, que consiste na realização do argumento externo do predicado da oração subordinada na posição de sujeito da oração matriz, dando origem à configuração *Maria parece amar João*, o que é motivado pelo caráter defectivo da categoria Tempo da oração subordinada, diante da

realização infinitiva da forma verbal, que impede o licenciamento do Caso nominativo. Note-se que, na estrutura de *alçamento*, o argumento *a Maria* retém a interpretação de *amador*, o que se explica pelo fato de que essa relação está representada no nível da DS, e se mantém nos demais níveis de representação – como previsto pelo Princípio de Projeção.

O contraste entre a estrutura de alçamento e a de controle é confirmado nos dados em (5) e (6), em que se demonstra a equivalência de significado entre a voz ativa e a voz passiva na configuração de alçamento, mas não na configuração de controle:

- (5) O médico parece ter examinado o João./ O João parece ter sido examinado pelo médico.
- (6) O médico pretendia examinar o João./ O João pretendia ser examinado pelo médico.

A pergunta que se coloca, portanto, é como explicar os contrastes nos dados referentes às estruturas de controle e de alçamento, diante da exigência de eliminação da DS. Conforme mencionado anteriormente, questões conceituais apontam para a necessidade de eliminação da DS. No âmbito dessa discussão, questiona-se, por exemplo, a caracterização de PRO como uma categoria que não tem Caso, por sua distribuição em contextos sintáticos defectivos (infinitivo), diante do requisito de que todo argumento deve receber Caso para ter seu papel temático interpretado na estrutura oracional. Uma forma de discutir essa questão é postular que PRO recebe Caso nulo (Chomsky & Lasnik 1993), o que suscita o questionamento quanto ao estatuto do Caso nulo, em oposição ao Caso canônico.

No balanço formulado por Nunes, um motivo para a conclusão otimista está na constatação de que a hipótese de eliminação da DS abre, por exemplo, a possibilidade de eliminar o requisito de que as propriedades lexicais do predicado sejam determinadas localmente, o que tem implicação para a possibilidade de satisfazer propriedades temáticas por meio de movimento de constituinte (Bošković 1994, 2001; Hornstein 1999), conforme ilustrado a seguir, com dados do inglês.

- (7) John tried to buy the car.
- (8) [_{TP} John_i [_{VP} t_i [_{V'} v [_{VP} tried [_{TP} t_i [_{T'} to [_{VP} t_i buy the car]]]]]]]]]]

Nesse sentido, múltiplos papéis temáticos podem ser descarregados em sintagmas determinantes (DPs), em virtude do movimento (*contra* Chomsky

1995). Mantendo-se o mecanismo original da Teoria da Checagem, a motivação para o movimento do DP é a necessidade de atribuição de papel temático. No entanto, o sistema *probe-goal* (sonda-alvo), conforme formulado em Chomsky (2001), sofre modificação (parcial), já que o DP, depois de receber o papel temático, mantém-se ativo para novas operações de checagem/verificação.

Nunes observa ainda que a análise em termos de movimento proposta para as construções de controle permite explicar, por extensão, fatos relativos à sintaxe do sujeito (nulo), em orações subordinadas finitas, no português brasileiro, em que a interpretação correferencial em relação ao sujeito da matriz é obrigatória (diferentemente de outras línguas românicas), como se depreende de (9). Nesse aspecto, entre outras propriedades, o sujeito nulo de orações finitas subordinadas do PB pode ser comparado ao de orações infinitivas (Ferreira 2000; Rodrigues 2002, 2004; entre outros) – o que, no modelo GB, implicaria uma análise em termos de controle obrigatório.

(9) [[o João]_i disse que [o pai d[o Pedro]]_k acha que $\emptyset_{k/i/*j/*}$ vai ser promovido]

(10) O João_i disse [que *ec*_i comprou um carro novo]

(11) O João_i disse [que *t*_i comprou um carro novo]

A reflexão prossegue, com a discussão de outros fenômenos. Além de demonstrar ganhos teóricos, como a postulação do ponto de *Spell-Out*, diante da eliminação da SS, o autor examina ainda a teoria de cópias, utilizada em substituição às categorias vazias como o vestígio de movimento de DP, e o fenômeno da lacuna parasita. Na conclusão, Nunes observa que “é sempre bom ter em mente que o fato de uma análise ser suspeita do ponto de vista minimalista NÃO implica que ela seja incorreta. O Programa Minimalista é um projeto: verificar se a faculdade da linguagem tem um *design* otimizado. A resposta pode bem ser que a faculdade de linguagem tem um *design* imperfeito. Da mesma forma, podemos no final das contas chegar à conclusão de que o modelo GB está essencialmente correto. Mesmo esse resultado já será bem interessante, pois demonstrará a solidez de GB mesmo quando partirmos de pressupostos diferentes. Os resultados preliminares discutidos na literatura recente, são, no entanto, bastante promissores na medida em que revelam que, na procura por um sistema simples e elegante, acabamos por alcançar maior adequação empírica”.

2. TEORIA DA GRAMÁTICA E PROPRIEDADES DAS INTERFACES

As propriedades básicas das interfaces no interior do programa “gerativo” consideram determinações da Gramática Universal (GU). Ou seja, a GU precisa especificar as propriedades das Descrições Estruturais (DE) e das representações semânticas que participam dessas DEs. Em particular, precisa especificar os níveis de interface A-P e C-I, os elementos que constituem esses níveis, e as computações através das quais esses níveis são construídos. Como apresentado na Seção 1, com referência ao trabalho apresentado por Nunes, faz parte do Programa Minimalista o pressuposto de uma planta arquitetônica particularmente simples para a linguagem, na qual os níveis de interface (conceptualmente necessários) são os únicos níveis existentes.

As pesquisas parecem demonstrar que os níveis de interface no interior do programa “gerativo” têm proporcionado o enriquecimento de análises empreendidas em termos da utilização de um aparato teórico complementar, em que outras áreas ou subáreas da teoria linguística têm proporcionado análises que podem contribuir para a compreensão da interface entre as componentes da gramática e suas representações.

Uma das componentes da gramática é o Léxico (= dicionário = lista de todos os *itens lexicais*/palavras de uma língua e suas propriedades linguísticas), e, para formar uma determinada sentença, é preciso primeiro considerar as palavras relevantes do Léxico. As palavras escolhidas são então combinadas em uma série de computações sintáticas na Sintaxe (ou seja, na *componente computacional/sintática* da gramática). Como também mencionado na Seção 1, a estrutura sintática formada serve como *input* para duas outras componentes da gramática: a *componente semântica* (LF), que mapeia (‘converte’) a estrutura sintática em uma representação semântica correspondente (ou seja, uma representação de aspectos linguísticos de seu sentido), e a *componente fonética* (PF), assim chamada porque mapeia a estrutura sintática em uma representação fonética/fonológica (uma representação de sua pronúncia) (cf. Radford, 2004: 9).

Entre as mesas-redondas realizadas nos Encontros do GT-TG, observa-se um grande interesse pela pesquisa sobre as interfaces. Com relação à interface entre a sintaxe e a prosódia, tomamos aqui a título de ilustração uma das mesas-redondas organizada para o Encontro de 2005. Nessa mesa, foi apresentado o trabalho de Maria Cristina Figueiredo Silva e Izabel Christine Seara, intitulado *Sobre a Prosódia de VS e SV em Português*

Brasileiro, que contou com a participação de Filomena Sandalo como debatedora. A discussão girou em torno de saber se a ausência de VS torna obrigatória a existência de dois padrões entoacionais para SV em português brasileiro. O desafio apontado pela debatedora foi, então, o de se determinar se alguma das estruturas realizadas pelos informantes portava foco em algum constituinte ou não.

A interface entre a sintaxe e o léxico também tem sido frequentemente abordada nos Encontros do GT. Um exemplo está na mesa-redonda sobre os aspectos sintáticos e semânticos das preposições, organizada em 2007, e que contou com a participação de Mary A. Kato e Heloisa Salles, como expositoras, e de Juanito Avelar, como debatedor. A proposta de uma mesa para tratar de desenvolvimentos teóricos relativos à sintaxe e à semântica das preposições vem ao encontro de interesses formulados em vários campos da pesquisa, seja na definição do estatuto categorial desses elementos, seja em relação ao seu papel como introdutoras de argumentos, como marcadoras de Caso (estrutural *versus* inerente), como categorias *dummy* (em oposição a preposições verdadeiras), seja em relação à sintaxe do sintagma preposicional (PP) em configurações de relativização e de interrogativas-Q, entre outras propriedades.

Em seu trabalho, intitulado *Caso inerente, caso “default” e ausência de preposições*, Kato aborda a questão da distribuição das preposições na estrutura oracional, notadamente em posições-A e posições-A', em que se identificam implicações quanto ao estatuto da preposição, no que se refere à capacidade de atribuir Caso estrutural ou inerente. A autora parte da observação de que complementos nominais e complementos de verbos como *gostar* e *precisar* apresentam necessariamente uma preposição que os licencia casualmente, embora esse requisito não precise ser obedecido quando tais elementos aparecem topicalizados, conforme ilustrado contrastivamente em (12):

- (12) a. Eu conheci o pai *(d)o Pedro na festa.
b. (D)o Pedro, eu conheci o pai __na festa.

Kato observa, ainda, que nem todo verbo que requer a preposição *de* pode dispensá-la facilmente quando o complemento está na posição de tópico, a menos que um resumptivo associado apareça na posição-A, como a seguir:

- (13) a. Todo mundo depende *(d)o Pedro para decisões.
 b. ??(D)o Pedro todo mundo depende__ para decisões.
 c. O Pedro, todo mundo depende **dele** para decisões.

Os fenômenos da ausência da preposição de complementos verbais já haviam sido notados em estudos sobre relativas no francês por Bouchard (1981) e por Tarallo (1983) no português brasileiro (PB), e foi analisada por ambos como um processo de apagamento, quando da relativização. Bouchard mostra que, no francês, somente elementos estritamente subcategorizados podem ter a preposição apagada, dado que sua recuperabilidade está garantida. A hipótese da subcategorização explica por que *Le couteau que jê coupe [est trop gros]* (=A faca que eu corto é grande) é boa, em que o verbo *couper* (=cortar) subcategoriza um PP instrumental, enquanto **La cuillère que jê mange est trop grosse* é ruim, em que entre o verbo *manger* (=comer) e *la cuillère* (=a colher) não existe essa relação.

A análise de Bouchard explica, também, por que, em PB, o objeto indireto, quando topicalizado ou relativizado, pode dispensar a preposição.

- (14) a. (Para) o moto-boy, eu entreguei os documentos esta manhã.
 b. Eu não encontro o moto-boy **que** eu entreguei os documentos essa manhã.

Para Bouchard, não há movimento no tipo de relativa cortadora, análise esposada também por Tarallo, em sua tese. Bouchard contrasta a relativa com a interrogativa-Q e mostra que em francês a preposição não pode ser cortada quando há movimento, havendo *pied-piping* obrigatório. O problema apontado por Kato é que, no PB, tal “corte” é possível, principalmente com interrogativas com Q+Nome (*D-linked*):

- (15) a. **Qu'est-ce que tu coupes le fromage?*
 what is it that you cut the cheese (with)
 b. *Avec quoi est-ce que tu coupes le fromage?*
 with what is it that you cut the cheese
 (16) A faca (com) que eu cortei o queijo
 (17) a. (Com) Que faca é que você cortou o queijo?
 b. (Com) Que faca que você cortou o queijo?
 c. (Com) que faca você cortou o queijo?
 d. *(Com) o que é que você corta o queijo?
 e. *(Com) o que você corta o queijo?

Essa análise deixa, porém, inexplicada a baixa aceitação de (3b), sem preposição. Além disso, não explica por que a preposição é necessária em posição-A, que não resulta de movimento, seja em francês, seja em português:

- (18) a. Je coupe *(avec) le couteau.
b. Eu corto *(com) a faca.

Kato observa que tais fenômenos suscitam as questões a seguir:

- a. Por que há essa assimetria entre posição-A e as outras posições vistas –tópico e relativas – que licenciam a ausência da preposição?
- b. O que topicalização e relativização têm em comum para licenciar a ausência de preposição?
- c. Que outras posições, além da de tópico e da de relativização, admitem essa ausência?
- d. Como lidar na teoria atual com as idiosincrasias lexicais, de verbos que requerem complementos-PP, mas que podem diferir quanto à sua ausência em determinadas posições?

Entre as respostas para tais questões constam contribuições relevantes para os desenvolvimentos da teoria. É demonstrado, por exemplo, que a elipse não se restringe a estruturas de relativização, incluindo as de topicalização. Além disso, fica demonstrado que a elipse é mais ampla em contextos de deslocamentos à esquerda, em que ocorre a retomada resumptiva do elemento topicalizado. Partindo de estudo de Kato e Nunes (2007) acerca da relativização no português brasileiro, a análise propõe a generalização de que a opcionalidade da preposição, definida em termos minimalistas como presença *vs.* ausência na numeração, afeta preposições associadas ao Caso inerente (em oposição às preposições verdadeiras), identificado em contextos de preposições subcategorizadas, de Caso genitivo e de objeto indireto. A análise recorre ainda à noção de Caso *default*, conforme formulado em estudos prévios, como Kato (1999) e Schütze (2001), associado, por hipótese, ao licenciamento dos DP não preposicionados em posição de tópico.

O estudo de Heloisa Salles, intitulado *Preposições Complementadoras: Distribuição e Propriedades Sintático-Semânticas*, examina a sintaxe de preposições introdutoras de oração subordinada infinitiva no português do Brasil (PB). A discussão parte de estudos prévios de Rizzi (1982) e Cinque (1990) acerca do estatuto da preposição como complementadora,

no italiano, em oposição à preposição subcategorizada pelo verbo, ficando demonstrado ser possível estabelecer distinção semelhante no PB. Nessa perspectiva, a análise considera, por um lado, construções em que o sujeito da oração subordinada é correferencial com o sujeito ou o objeto da oração principal, conforme ilustrado, respectivamente, em (19) e (20), e, por outro, construções em que o sujeito é realizado lexicalmente na oração subordinada, conforme ilustrado em (21) e (22):

- (19) Maria parou de lavar o carro.
- (20) a. Maria obrigou os rapazes a lavar(em) o carro.
b. Maria disse aos rapazes para lavar(em) o carro.
- (21) Maria disse para os rapazes lavar(em) o carro.
- (22) Maria concorda com o rapaz lavar o carro.

Propõe-se que as construções em que o sujeito na oração subordinada é realizado lexicalmente – em oposição àquelas que têm realização nula, decorrente da interpretação correferencial (obrigatória) com o sujeito ou o objeto da matriz – são projetadas em diferentes configurações sintáticas. Essa distinção parte da análise de construções com sujeito não-lexical/correferencial, como em (19) e (20), formulada em Kayne (2000), em que a preposição complementadora é concatenada acima do verbo da matriz, sendo a ordem superficial obtida por meio de movimentos de núcleo e de sintagma remanescente. Nas construções infinitivas com sujeito lexical, como em (21) e (22), a preposição introduz a oração subordinada, e codifica sintaticamente efeito de obviação, que consiste na interpretação disjunta do sujeito da oração subordinada em relação ao sujeito da oração matriz.

A contribuição do debatedor Juanito Avelar veio ampliar a base empírica da discussão, tendo ficado demonstrado que as análises, (parcialmente) baseadas na noção de subcategorização e na definição do papel temático associado ao PP subcategorizado, situa na interface entre o léxico e a sintaxe as condições que definem o estatuto das preposições e seu comportamento sintático.

Com relação à interface entre a sintaxe e a semântica, as seguintes questões constituem o eixo central das investigações: Em que medida um verbo e seus argumentos contribuem para a estrutura sintática da sentença? Em que medida o seu significado, a sua estrutura aspectual e as informações temáticas interagem com a estrutura sintática? O que decorre da sintaxe e o que decorre da representação lexical do verbo? Em geral, os trabalhos

desenvolvidos assumem uma abordagem fortemente lexical, ou seja, o significado do verbo é construído a partir de um conjunto de elementos semânticos e restringido por eles. Esses elementos são motivados translinguisticamente e são instanciados nas línguas por meio de morfemas, gramaticalizações de verbos auxiliares, verbos leves, etc. Regras lexicais se aplicam para derivar alternâncias, regras de ligações das quais derivam a estrutura sintática. Como exemplo desse tipo de trabalho, apresenta-se a mesa-redonda realizada no Encontro de 2005, com a participação de Teresa Wachowicz e Patrícia Rodrigues, como expositoras, e de Ana Paula Scher e Mário Perini, como debatedores.

A proposta de Wachowicz, apresentada no trabalho *O Aspecto do Auxiliar*, veiculado em Wachowicz (2006), busca responder à pergunta “o que significa dizer que um verbo auxiliar é aspectual?”. A autora procura evidenciar que, tal como verbos plenos, os auxiliares *vir*, *ter* e *estar* carregam informação aspectual que se origina no léxico, na flexão verbal e na combinação desses elementos com o resto da sentença. No tocante ao léxico, os traços de duração, de homogeneidade e atelicidade permitem a distribuição dos eventos denotados pelo verbo principal, pois abrem o intervalo do momento de referência (R), dentro do qual os momentos do evento (E) podem ser distribuídos, o que coloca o aspecto numa relação estreita entre E e R. Sobre a questão temporal, Wachowicz aponta que o auxiliar participa do cálculo temporal da sentença – fazendo isso com base em sentenças perifrásticas em que há variações temporais do verbo auxiliar.

Tem-se, de um lado, a especificação dos traços de duração e homogeneidade da perífrase que dependem do detalhamento desses traços no auxiliar. De outro, com base nos valores aspectuais lexicais dos auxiliares e valores aspectuais gramaticais – perfectivo, imperfectivo –, tem-se uma estrutura de VP especificado com traços relevantes do verbo principal, além de projeções aspectuais tanto para o auxiliar como para o verbo principal. Para discutir a relação entre R e E, Wachowicz assume Bertinetto (1982), para quem o momento de referência só se justifica teoricamente na representação dos tempos compostos e é denotado pelo verbo auxiliar.

O trabalho de Wachowicz foi debatido por Ana Paula Scher, debate veiculado em Scher (2007), que ressalta a propriedade da análise ao dizer que os traços de duração e homogeneidade da perífrase dependem desses mesmos traços no auxiliar. Afirma que é surpreendente que, em especial, uma sentença com verbo principal de *achievement* possa veicular ideia de duração (propriedade corroborada com testes com advérbios, do tipo *em X tempo, por X tempo*). Sugere, por outro lado, que, para verbos de

accomplishment, talvez seja possível explicar a boa formação das sentenças com base no traço durativo que esses verbos apresentam. As eventualidades denotadas por esses verbos não são homogêneas, mas precisam se desenvolver em um dado intervalo de tempo e não necessitariam da ação do auxiliar para abrir o momento de referência, para que os momentos de evento pudessem se distribuir. Finalmente, Scher retoma a assunção de Bertinetto (1982), assumida por Wachowicz, de que o momento de referência só se justifica teoricamente na representação das perífrases e rebate essa posição apresentando argumentos empíricos para a relevância do momento de referência em tempos verbais simples.

A apresentação de Rodrigues, intitulada *O Aspecto nas Construções Infinitivas e Gerundivas Complementos de Verbos de Percepção*, apresentada formalmente em Rodrigues (2006), recai sobre as propriedades aspectuais e temporais de dois tipos de verbos de percepção (*ver, ouvir, sentir*): infinitivos e gerúndios, como exemplificado a seguir:

- (23) a. Eu vi a Maria chorar.
- b. Eu vi a Maria chorando.

Esses complementos possuem propriedades semânticas semelhantes, a saber: a) dependência temporal em relação à principal, o que implica a interpretação direta do verbo de percepção e a simultaneidade entre o verbo de percepção e o evento percebido; b) são incompatíveis com predicados *individual-level*.

Rodrigues argumenta que esses complementos têm uma estrutura que projeta AspP (*Aspectual Phrase*). Essa estrutura é obtida como resultado da interação entre o aspecto lexical e o aspecto gramatical. A propriedade *individual-level*, necessária a esses complementos, faria parte do domínio do aspecto lexical. Em relação ao aspecto gramatical, Rodrigues defende que o infinitivo não seria especificado para aspecto. Isso não significa dizer que esse complemento não denote aspecto, mas que seu aspecto não é determinado pela forma infinitiva. Por outro lado, os complementos gerundivos, por serem marcado pela morfologia *-ndo*, apresentam um aspecto *progressivo*. Rodrigues faz questão de detalhar que esse *progressivo* deve ser entendido como tendo valor imperfectivo. Rodrigues apoia-se em Ramchand (2004), que propõe uma separação entre as variáveis eventiva e temporal. Essa separação permite uma melhor compreensão entre a estrutura temporal da sentença e a estrutura do evento, tornando assim possível articular a explicação das propriedades semânticas dos complementos em pauta.

3. TEORIA DA GRAMÁTICA E ESTRUTURA INFORMACIONAL

As funções informacionais (ou discursivas), como as funções de *tópico* e *foco*, incidem em vários âmbitos da gramática. Essas funções são particularmente relevantes na descrição de certas ordens de palavras.

A partir de vários exemplos do espanhol, Zubizarreta (1999: 4223-4) estabelece uma distinção entre o *tema/tópico vinculante* e o *deslocamento à esquerda*. As propriedades dessas construções são assim resumidas em (a) e (b), a seguir.

a. Tema/tópico vinculante:

1. Introduce uma mudança de tema discursivo.
2. Aparece exclusivamente na periferia esquerda da frase matriz.
3. A relação entre o tema/tópico e uma certa posição na sentença é uma relação de correferência: não existe relação de dependência gramatical.
4. A relação não está restrita sintaticamente: o tema/tópico vinculante pode entrar em relação com qualquer posição na sentença.

b. Deslocamento à esquerda:

1. O tema/tópico pode aparecer na periferia esquerda da frase matriz ou na periferia da frase encaixada.
2. Existe uma dependência gramatical entre o tema/tópico e a posição na frase com a qual se relaciona, como indica a presença da preposição adjacente ao tema/tópico nominal em certos casos.
3. A relação está restrita sintaticamente: o tema/tópico não pode entrar em relação com uma posição dentro da frase relativa, de uma frase adverbial ou de uma frase sujeito.

Seguindo Chomsky (1971, 1976) e Jackendoff (1972), Zubizarreta (1999) define o *foco* em termos da noção discursiva de *pressuposição*: o *foco* é a parte não-pressuposta da frase. A parte pressuposta da frase é a informação compartilhada por falante e ouvinte ao se emitir uma frase em um determinado discurso. Seguindo os autores acima mencionados e a prática corrente em trabalhos linguísticos, é utilizada a prova das perguntas e respostas para identificar a divisão das frases em termos de *foco* e *pressuposição*.

Quanto ao *foco*, à *proeminência prosódica* e à *ordem das palavras*, Zubizarreta (*op. cit.*: 4238-9), também a partir de dados do espanhol,

apresenta os principais resultados obtidos em sua análise sobre a proeminência prosódica (ou acento nuclear), o foco neutro x foco contrastivo, acento neutro x acento enfático, e as correspondências entre os tipos de foco x tipos de acento. Esses resultados estão listados a seguir:

c. Foco, proeminência prosódica e ordem das palavras

1. A proeminência prosódica (ou seja, o acento nuclear) desempenha um papel importante para identificar o foco de uma frase.
2. Cabe distinguir dois tipos de focos e dois tipos de acentos nucleares: (i) foco neutro e foco contrastivo; (ii) acento neutro e acento enfático.
3. O foco neutro deve ser identificado pelo acento neutro, enquanto o foco contrastivo pode ser identificado pelo acento enfático.
4. Em espanhol, a posição do acento neutro é rígida e deve cair sobre a última palavra do constituinte melódico. Os casos examinados pela autora, sobre o espanhol, coincidem com a última palavra prosódica da frase, com exceção dos exemplos com sintagmas deslocados à direita. Por outro lado, a posição do acento enfático é relativamente livre.
5. A relação entre o foco e o acento nuclear é rígida de acordo com seguinte *Lei de correspondência entre foco e acento nuclear*: O constituinte marcado-F(oco) deve conter o acento nuclear.
6. A relação entre o foco e o acento contrastivo é mais restrita, seguindo a *Lei de correspondência entre foco e acento nuclear enfático*: O foco identificado pelo acento nuclear enfático requer que a palavra que leva o acento enfático esteja contida em (ou seja, dominada por) todos os sintagmas marcados com F (ou seja, por todos os sintagmas que constituem parte do foco).
7. A lei de correspondência entre foco e acento nuclear, citada em (5) acima desempenha um papel central na descrição das ordens: (i) V(erbo)-O(bjeto)-S(ujeito); (ii) V-(O)-PP-S e (iii) V-P(reposição)-O. Essa lei dá conta das propriedades fundamentais dessas ordens; o último constituinte tem obrigatoriamente uma interpretação de foco estreito, e deve levar o acento nuclear.

Além das informações acima sobre questões de tópico, foco, proeminência prosódica e ordem de palavras na estrutura das frases, encontramos também as construções tratadas como perífrases de relativas, em que a ordem dos constituintes, produz as construções clivadas e pseudo-clivadas.

Uma frase é clivada quando o encaixamento de uma relativa na matriz é acompanhado da extração de um sintagma nominal constituinte da frase relativizada. Dessa forma, há transformação de clivagem e frase clivada quando, partindo de *Gosto de chocolate*, obtém-se *É de chocolate que gosto*, por extração de *chocolate* e relativização pelo *que*. Não há dúvida de que se trata de uma transformação da relativa, mas a visão sincrônica do fato atualmente não vê mais no *que de é que* um relativo. Por outro lado, a transformação de pseudo-relativização (pseudo-clivagem) desloca para a posição de núcleo da frase um sintagma nominal, dando-lhe a forma de uma adjetiva com antecedente genérico, através da constituição de uma matriz *é*. Por exemplo, a partir da frase *Pedro come chocolate*, a transformação de pseudo-relativização converte essa frase em *O que Pedro come é chocolate* ou *Aquele que come chocolate é Pedro*, conforme o sintagma nominal sobre o qual recai a transformação. Confere-se esse nome a essa transformação porque ela conduz a uma falsa subordinação (pseudo-subordinação) ou falsa subdivisão entre duas proposições oriundas, de fato, de uma só frase de base (cf. Dubois *et al.*, 1998).

O tema da estrutura informacional foi abordado no Encontro de 2006, em apresentação realizada por Evani Viotti e Esmeralda Negrão – *Português Brasileiro como Língua de Proeminência de Tópico: a Participação das Línguas Africanas*. Nesse trabalho, as autoras observam que muitas tentativas vêm sendo feitas no sentido de mostrar que as línguas africanas tiveram alguma influência nas mudanças dos padrões de concordância do PB. Comentam que as evidências apresentadas, no entanto, não são conclusivas, pois parece que, nos séculos do Brasil colônia, alguns dialetos do Português Europeu apresentavam algumas das características que o sistema de concordância do sistema PB mostra hoje.

Viotti e Negrão tomam um ponto de partida diferente: pretendem discutir algumas mudanças verbais e alternâncias sintáticas no PB, que parecem diferenciá-lo de muitas outras línguas indo-européias, incluindo o PE. O tipo de dados escolhidos relaciona-se ao fato de que a hipótese que querem explorar é que, se houve uma influência de línguas africanas na formação do PB, essa influência não é do tipo de contato entre línguas, com empréstimos de itens lexicais e de padrões gramaticais. Se tal influência existiu, acreditam que está associada com o protótipo em que nós conceituamos eventos, construindo os mesmos de um modo que difere grandemente daquele utilizado pelos falantes do PE. A construção de situações para propósitos linguísticos envolve, entre outras coisas, diferentes

visões de arranjos através dos quais o evento e seus participantes podem ser conceituados, a proeminência relativa dos participantes do evento, mudando de uma posição para outra, a menor ou maior participação do falante/ouvinte no evento narrado, etc. As alternâncias de diátese são uma das muitas externalizações linguísticas dessas diferentes possibilidades de construção.

A ideia que as autoras querem explorar é que, no curso do desenvolvimento histórico do PB, tem havido uma mudança no modo como os brasileiros conceituam eventos e situações, de tal forma que a língua teve que se adaptar a essa nova maneira, fazendo surgir algumas das principais diferenças entre as variedades do Português Brasileiro e do Europeu. Essa mudança pode ter sido influenciada pelo contato entre diferentes línguas e culturas africanas. Uma dessas diferenças é a marca gramatical da informação refletida na configuração de proeminência da configuração de tópico das sentenças do PB.

Entre os dados explorados pelas autoras estão os em (24), em que o verbo *dar* apresenta-se em uma construção prototípica de mudança de posse, e (25)-(26), em que ocorre uma mudança semântica no argumento externo do verbo, o qual passa a [-animado]:

- (24) O João deu um presente para a Maria.
- (25) Este shopping deu bons prêmios no ano passado.
- (26) Meu sítio deu aquelas bananas enormes no ano passado.

Comparando as sentenças (25) e (26), as autoras concluem que: (i) (25), mas não (26), aceita a construção com sujeito indeterminado e a construção passiva (cf. (27)-(30)); (ii) tanto (25) quanto (26) aceitam o apagamento do sujeito (cf. (31)-(32)), e (iii) uma vez que a posição de sujeito está vaga, (26), mas não (25), aceita que o seu objeto direto seja movido para ocupar a posição de sujeito (cf. (33)-(34)):

- (27) Deu/deram-se bons prêmios no ano passado neste shopping.
- (28) *Deu/deram -se aquelas bananas enormes no meu sítio.
- (29) Bons prêmios foram dados por este shopping no ano passado.
- (30) *Aquelas bananas enormes foram dadas no meu sítio.
- (31) Ø deu bons prêmios neste shopping no ano passado.
- (32) Ø deu aquelas bananas enormes no meu sítio.
- (33) Aquelas bananas enormes deram no meu sítio.
- (34) *Bons prêmios deram neste shopping no ano passado.

O que os dados do PB mostram, apontam as autoras, é que o mesmo verbo pode sofrer mudanças temáticas e alterações na realização sintática de suas estruturas argumentais. Diferentemente, em outras línguas, incluindo o PE, essas mudanças são ou impossíveis ou restritas a uma classe específica de verbos. Cada alteração e mudança semântica tem sido tomada como um parâmetro dominante para a separação de verbos em diferentes classes.

As autoras incluem, ainda, como fatos empíricos relevantes para a análise do PB, os dados de alternância causativa em (35), e o debate sobre a existência de construções resultativas nessa língua (por exemplo, o trabalho de Lobato (2004), cujos dados estão apresentados em (36)):

- (35) a. O menino abriu a porta.
b. A porta abriu (rápido/rapidamente).
c. A porta abriu-se (*rápido/rapidamente).
- (36) a. O engenheiro construiu a ponte sólida.
b. O João pintou a casa bem amarelinha.
c. Ela costurou a saia justa/justíssima.

Os dados analisados levam as autoras à conclusão de que somente modificadores compatíveis com adjetivos (cf. (35b)) ou participios passados em construções passivas com adjetivo, isto é, sentenças formadas com o verbo *ficar* (por exemplo, em *A saia ficou costurada direito*), são aceitáveis no par ergativo da alternância, a explicação sendo que somente esses modificadores podem modificar o estado causado. Essa conclusão embasa a ideia de que a sentença ergativa da alternância causativa se comporta de forma semelhante às construções passivas adjetivas com relação à modificação.

Seguindo o modelo de estrutura conceitual de Jackendoff (1983, 1990) e adotando a distinção de Parsons (1990) entre modificação do estado causado e os *tags* resultativos, as autoras alinhavam a conclusão de que a propagação do uso de sentenças ergativas no PB transcende os limites de uma classe lexical de verbos e parece sugerir que essa construção está fadada a tornar-se uma classe alternativa para a construção passiva com o verbo *ser*. Lembrem, ainda, que a literatura sobre a gramática de línguas africanas reconhece uma classe gramatical chamada de *verbos qualitativos*, itens lexicais que tomam morfologia verbal e são usados para expressar predicação ou qualidade estável, tais como *ser grande*, *ser vermelho*, etc, e apontam na direção de uma investigação a respeito da relação entre a

propagação da formação ergativa e o uso qualitativo desses verbos ergativos no PB, por um lado, e o uso de verbos qualitativos em algumas línguas africanas, explorando-se a hipótese das autoras de que essa propriedade do PB pode ser decorrente de mudanças na maneira como os falantes de PB conceituam os eventos, mudanças essas causadas pela presença, no Brasil, de vários povos africanos, línguas e culturas, durante o período colonial.

Mary Kato e Carlos Miotto também trataram do tema da estrutura informacional em apresentação intitulada *Pseudo-clivadas e os Efeitos de Conectividade*, que se realizou na mesa-redonda organizada para o Encontro de 2009, a qual contou com Sérgio Menuzzi e Ilza Ribeiro como debatedores. Nesse trabalho, os autores propõem uma solução derivacional para as construções pseudo-clivadas (PCs), de modo a dar conta dos efeitos de conectividade. Kato e Miotto citam os trabalhos de Akmajian (1970), que apontou que uma seqüência como (37) do inglês é ambígua entre uma leitura predicacional ('João é alguma coisa e ser essa coisa é importante') e uma leitura especificacional ('João é importante'), e de Higgins (1973), que descreveu situações em que essa ambiguidade não se instaura, como nos casos (38). Os autores circunscrevem o conceito de PCs às sentenças com leitura especificacional.

(37) What John is is important.

(38) a. Falta de concordância temporal da cópula com o verbo da relativa livre

What John is was important (só predicacional)

b. Impossibilidade de o adjetivo ser uma propriedade da relativa livre

What John is is proud (só especificacional)

c. Impossibilidade de verbo de *raising* 'modificar' a cópula

What John is seems to be important (só predicacional)

Os efeitos de conectividade, por sua vez, são exemplificados com os dados a seguir, retirados do trabalho de Boskovic (1997) e, como aponta Higgins (1973), verificam-se apenas com as sentenças especificacionais (PCs). Com relação ao PB, os autores esclarecem que, com algumas poucas modalizações, os efeitos de conectividade se verificam também no PB.

(39) a. What John is is important to himself.

b. What John saw in the mirror was himself.

- c. What everyone proved was his own theory
- d. What John didn't buy was any pictures of Fred.
- e. *What he_j likes is John_i's car
- f. *What John_j is is important to him_i

Em (39a) e (39b), *John* liga a anáfora *himself*; em (39c) *everyone* liga *his*, pronome que é interpretado como uma variável; em (39d) a negação *n't* licencia o item de polaridade negativa. Ocorre que, para que se estabeleça a devida conexão, o item grifado à esquerda tem que c-comandar o item grifado à direita. A condição de c-comando deve ser verificada na sintaxe visível ou, por reconstrução, em algum nível da derivação da sentença. Em (39) não se verifica o cumprimento da condição de c-comando e também não se vislumbra como reconstruir a sentença para recriar a configuração adequada. Por outro lado, o fato de o pronome *he* não c-comandar *John* em (39e) e de *John* não c-comandar *he* em (39f) devia fazer com que a sentença fosse gramatical sob a leitura correferencial, o que não acontece.

Assumindo as propostas de Kayne (2002), segundo a qual toda relação de *construal* resulta de movimento sintático, e de Rizzi (1997), que apresenta o modelo do CP explodido e admite que certos movimentos são motivados discursivamente, os autores propõem que a derivação de uma PC ocorre da seguinte maneira (em que o item inserido ou movido apresenta-se grifado):

- (40) a. [_{IP} A Maria é [_{SC} t_{a Maria} [_{AP} o que escandalosa]]]
- b. [_{FinP} o que [_{IP} a Maria é [_{SC} t_{a Maria} [t_{o que} escandalosa]]]]]
- c. [_{IP} é [_{FinP} o que [_{IP} a Maria é [_{SC} t_{a Maria} [t_{o que} escandalosa]]]]]]]
- d. [_{FocP} escandalosa [_{IP} é [_{FinP} o que [_{IP} a Maria é [_{SC} t_{a Maria} [t_{o que} t_{escandalosa}]]]]]]]]]
- d'. Escandalosa é o que a Maria é. – **PC invertida**
- e. [_{IP} é [_{FocP} escandalosa [_{FinP} o que [_{IP} a Maria é [_{SC} t_{a Maria} [t_{o que} t_{escandalosa}]]]]]]]]]
- e'. É escandalosa o que a Maria é. – **PC extraposta**
- f. [_{TopP} [_{FinP} o que [_{IP} a Maria é [_{SC} t_{a Maria} [t_{o que} t_{escandalosa}]]]]]] [_{IP} é [_{FocP} escandalosa t_{FinP}]]]]]
- f'. O que a Maria é é escandalosa. – **PC canônica**

Em (40a), o AP é um constituinte complexo formado por um item resumptivo e o adjetivo *escandalosa*. Esse constituinte complexo é predicado de uma *small clause* que tem *a Maria* como sujeito. Nesse ponto,

existem condições para que o antecedente c-comande o que vai ser o contrapeso das PCs e para que se estabeleça a concordância do adjetivo com *a Maria*. Em (40b) *o que*, que os autores assumem ser formalmente um item WH, é movido para FinP. Para derivar a PC invertida em (40d'), insere-se a cópula em Foc⁰, como representado em (40c); e depois move-se o contrapeso *escandalosa* para FocP, como representado em (40d). Para derivar a PC extraposta em (40e'), insere-se a cópula depois do movimento de *escandalosa* para FocP, como representado em (40e). Por fim, para derivar a PC canônica em (40f'), move-se FinP para TopP (GroundP), como representado em (40f)).

4. TEORIA DA GRAMÁTICA E ESTRUTURA ARGUMENTAL

Nas décadas de 70-80, a Teoria do Caso, formulada por Vergnaud e retomada por Chomsky, é articulada em torno de três hipóteses fundamentais: (i) todos os elementos de categoria N dotados de matriz fonética devem receber Caso. Uma configuração de estrutura-S contendo um NP lexical desprovido de Caso é mal-formada; (ii) a distinção sintaticamente pertinente não é a atribuição de um Caso sobre um determinado NP em detrimento de outro, mas a presença ou a ausência de Caso sobre esse NP; (iii) certas configurações estruturais definem contextos de atribuição de Caso, e outras, não.

A ideia de que todo NP dotado de uma matriz fonética deve receber um Caso é expressa pela condição de boa-formação conhecida como *Filtro sobre o Caso*, a qual é formalizada como em (41):

(41) * $[_N \alpha]$ se α é dotado de uma matriz fonética e não é marcado por Caso.

Essa primeira versão da Teoria do Caso estabelece a obrigatoriedade apenas para NP dotados de matriz fonética. Além disso, verifica-se também que a atribuição casual intervém em uma classe limitada de contextos, especificados pelas regras de (42), e limitados por condições estruturais muito restritas.

- (42) a. NP é nominativo quando é governado por AGR e/ou Tempo.
 b. NP é objetivo quando é governado por V.
 c. NP é oblíquo quando é governado por P e por certos verbos lexicalmente marcados.

Paralelamente à estrutura sintática das orações, a Teoria Temática (Teoria- θ), que é o módulo da gramática que se ocupa da estrutura temática das orações e do modo como essa estrutura se articula com a estrutura sintática, estabelece que certas unidades da língua têm a propriedade de funcionar em associação com outras expressões que as completam e às quais elas atribuem uma função semântica. De acordo com o uso tradicional, temos as categorias operadoras ou predicadoras, que são as unidades lexicais, e os argumentos, que são as expressões geralmente nominais ou proposicionais selecionadas pelas unidades lexicais. Uma oração elementar como *João ama Maria* é constituída de uma categoria operadora verbal e dos argumentos que a completam.

Uma determinada categoria operadora ou predicadora pode reger vários argumentos, cada um preenchendo uma função semântica determinada. O predicado *dar*, por exemplo, é uma unidade lexical que seleciona três argumentos com suas respectivas funções: Fonte (e/ou Agente), Tema e Destinatário. Tal informação caracteriza a individualidade da unidade lexical como tal e é independente dos enunciados em que ela aparece: a informação é mencionada no léxico, na entrada correspondente a essa unidade (Jackendoff 1972). A função semântica particular – Agente, Alvo, Tema, Fonte, Experienciador etc – que o argumento preenche com relação ao predicador que o seleciona é chamada *papel temático* ou *papel- θ* . À lista de papéis- θ que uma entrada lexical atribui a seus argumentos é chamada grade/grelha temática.

A Teoria- θ desenvolve uma hipótese sobre a forma de articulação, nas configurações estruturais, das posições sintáticas e dos argumentos. Parece que, entre os papéis temáticos disponíveis na estrutura sintática e os conteúdos argumentais presentes nessa estrutura, deve existir uma correspondência termo a termo. O princípio formulado em (43) afirma que a articulação entre argumentos e papéis- θ é regulada por uma condição de biunivocidade (Chomsky 1981):

(43) Critério- θ :

- (i) Cada argumento numa representação sintática é suporte de uma e uma só função- θ .
- (ii) Cada função- θ numa estrutura argumental é atribuída a um e um só argumento numa representação sintática.

A Teoria X-barra e suas versões, o Princípio de Projeção, a projeção de categorias funcionais, o Princípio de Projeção Alargada (EPP, do inglês

Extended Projection Principle), e vários outros, assim como a teoria das *small clauses* (Stowell 1981), os textos seminais de Chomsky (1986a, 1986b), e tantos outros, já prenunciavam mais uma etapa do programa “gerativo”, o que veio a ser confirmado com Chomsky e Lasnik (1993) e Chomsky (1993, 1995), só para citar os textos que consideramos delimitadores do novo momento do programa “gerativo”, que continua a se desenvolver.

Como já mencionado na Seção 1, no Programa Minimalista, o formato adotado em P&P, em que a DS e a SS eram empiricamente justificadas, é substituído por um formato que reflete uma arquitetura minimalista: o modelo contém aquilo que é conceptualmente necessário, e só isso. O *Spell-Out* surge como o ponto da computação em que a estrutura formada até aí dá entrada na componente fonológica.

Nesse formato, o Princípio de Interpretação Plena (FI, do inglês *Full Interpretation*) é o requisito adotado para interpretar as interfaces PF e LF, as quais são interpretadas, respectivamente, pelos sistemas A-P e C-I. Pode-se conceber o princípio FI como uma das condições de legibilidade estritas pelos sistemas de performance C-I e A-P sobre as interfaces bem-formadas (Raposo 1999: 27-8).

Tendo em vista que a eliminação da DS e da SS no novo formato, e, ainda, que o sistema computacional toma como *input* representações com uma determinada forma e modifica-as, a GU tem de providenciar um meio de apresentar uma série de itens lexicais numa forma acessível ao sistema computacional. E essa forma consiste numa versão da Teoria X-barras, pois essa abordagem mais restritiva exige que todas as maneiras diferentes de atribuir Caso estrutural sejam reconstruídas em termos X-barras-teoréticos unificados, provavelmente usando a relação especificador-núcleo – *Spec-head* (Raposo 1999: 248-9).

Na estrutura proposta, tanto a concordância como o Caso estrutural são manifestações da relação Spec-núcleo [NP, Agr]. Mas as propriedades casuais dependem de características de T e do núcleo V do VP. Pressupondo, então, que T se eleva para Agr_s, formando (44a), e que V se eleva para Agr_o, formando (44b). Esse complexo contém os traços-Φ de Agr e o traço de Caso fornecido por T ou V.

- (44) a. [_{Agr} T Agr]
 b. [_{Agr} V Agr]

Um argumento sem uma função-θ é ilegítimo, violando o Princípio de Interpretação Plena (FI) e causando o fracasso da derivação. Cumpre

destacar que as funções- θ não são traços formais no sentido relevante; tipicamente, são atribuídas no domínio interno, não no domínio de checagem/verificação, e possuem ainda outras diferenças relativas aos traços que participam na teoria do movimento. Essa conclusão é imediata na abordagem configuracional da teoria- θ proposta por Hale e Keyser (1993), e é implícita noutras abordagens (ainda que seja rejeitada em teorias que permitem a percolação, transmissão e outras operações sobre traços- θ).

Um dos aspectos fundamentais é que a Teoria- θ é praticamente complementar à Teoria de Checagem, um fato expresso em parte como uma generalização descritiva conhecida como Condição sobre Cadeias: na cadeia $CH = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$, α_n recebe uma função- α e α_1 participa numa relação de verificação. Para além disso, só α_n pode atribuir uma função- θ , com a consequência que só a posição de base é $\langle\theta$ -relacionada>, capaz de atribuir ou de receber uma função- θ . As propriedades de α_1 são uma consequência do movimento, obedecendo à Condição do Último Recurso.

Há posições contrárias a essa proposta de atribuição da função- θ . Para Raposo (1999: 426), “um elemento elevado não pode receber ou atribuir uma função- θ . O relacionamento- θ é uma propriedade da posição de composição e da sua configuração (muito local). As mesmas considerações proibem a elevação para a posição de objeto, mesmo se o objeto for um especificador numa concha Larsoniana. Derivamos assim o princípio P&P de que não existe elevação para uma posição- θ – na realidade numa forma de certa maneira mais forte, visto que o relacionamento- θ em geral é uma propriedade das <posições de base>”.

O tema da estrutura argumental e os problemas relativos ao mapeamento dos argumentos na estrutura sintática têm sido fortemente desenvolvidos por vários pesquisadores do GT-TG, o que resultou na organização de uma Sessão Temática no Encontro de 2009, quando foram apresentadas as quatro pesquisas descritas a seguir.

O trabalho de Ana Paula Scher, Alessandro Boechat de Medeiros e Rafael Dias Minussi, intitulado *Estrutura Argumental em Morfologia Distribuída*, adota o modelo teórico não-lexicalista da Morfologia Distribuída (MD) e busca responder as seguintes questões: a informação sobre a estrutura argumental está localizada nas raízes ou nos núcleos categorizadores?; as raízes fazem algum tipo de seleção?; as raízes possuem algum tipo de grade temática ou quadro de subcategorização?.

Segundo os autores, o arcabouço da MD, em seus desenvolvimentos mais recentes, tem como características: (a) eliminar a necessidade de hierarquias temáticas ou regras de mapeamento, que estabelecem, nas

visões tradicionais, as posições sintáticas ocupadas pelos argumentos de um predicado, e (b) apostar na ideia de que os papéis dos argumentos, qualquer que seja sua natureza, são epifenômenos das posições que ocupam em uma estrutura de predicados (ou de eventos) mais complexa, sintaticamente representada.

Os autores assumem o seguinte conjunto de pressupostos: (i) os papéis dos argumentos dos verbos são aspectuais (Ramchand 2008; Borer 2005; Arad 1996; Tenny 1994) e o tratamento deve ser neo-davidsoniano (Parsons 1990); (ii) a estrutura não é projetada dos itens lexicais – os itens lexicais (raízes acategoriais) é que são licenciados em determinadas estruturas de evento e negociam seu significado com elas (Harley e Noyer 1998; Marantz 2001, 2007; Goldberg 1995); (iii) como consequência de (ii), os papéis dos argumentos são definidos por suas posições em relação aos núcleos funcionais ou à raiz dentro da estrutura sintática do vP (Hale e Keyser 1993; Marantz 1997); (iv) os verbalizadores (Marantz 1997) têm, pelo menos, três “sabores” (Harley 2008): estados (BE), processos incoativos (GO) e atividades ou eventos (Ramchand 2008; Lin 2004; Cuervo 2003); (e) as derivações se dão por fases, conforme proposta de (Marantz 2001).

Desses pressupostos decorre que, na proposta desenvolvida, a presença/ausência de duas propriedades combinadas tem como efeito a ocorrência ou não de determinada raiz em determinado contexto, o que é representado por meio de uma matriz com os traços [\pm DIN, \pm CAUS]: a propriedade DIN indica que uma raiz associa-se tipicamente a uma eventualidade dinâmica (não-estativa); a propriedade CAUS indica que a raiz associa-se tipicamente a uma eventualidade causada dentro de uma estrutura de evento. Se uma raiz apresenta a propriedade CAUS, poderá predicar, ou seja, ocorrer numa estrutura em que está combinada diretamente a um DP (sendo o sintagma resultante dessa combinação verbalizado por um *v*), enquanto uma raiz sem a propriedade CAUS se combinará diretamente ao *v*, funcionando como modificador adverbial (de modo) para eventualidades dinâmicas ou como nomeador de estados (quando uma raiz não-dinâmica combina-se com um *v* estativo e cria um verbo transitivo que denota um estado).

Essa proposta, que os autores consideram preliminar, de análise para a codificação de uma estrutura argumental dos verbos da língua portuguesa, leva em conta o seguinte conjunto de casos:

a. Verbos de alternância causativo-incoativa (cf. (45)): têm estrutura bieventiva (*v* denotando um evento causador, não-especificado, e o sintagma raiz denota uma eventualidade causada), combinam-se com um DP e possuem

uma raiz com a matriz de traços [-DIN, +CAUS], no caso de verbos como *ferver*, *abrir*, *rasgar* etc, que admitem a formação de passivas de estado alvo, ou [+DIN, +CAUS], no caso de verbos como *girar*, *rodar* etc.

- (45) a. O João ferveu o leite.
b. O leite ferveu.

b. Verbos inergativos e transitivos sem alternância (mas com mudança de estado do objeto): inergativos (cf. (46a)) têm raízes com a matriz [+DIN, -CAUS], denotam um modo de agir, combinam-se diretamente com o verbalizador, e devem ser licenciadas por um núcleo Voz (o qual projeta uma posição de sujeito); os transitivos sem alternância (cf. (46b)) denotam eventualidades/atividades que produzem mudança de estado em entidades, mas o estado atingido não é denotado pela raiz do verbo, de modo que podem ser analisados com a mesma matriz dos inergativos - [+DIN, -CAUS] -, o que explica o seu uso intransitivo.

- (46) a. O João gritou.
b. O João pintou o muro.
*O muro pintou.

c. Verbos transitivos cujo complemento introduz um *caminho* sobre o qual o evento se dá (cf. (47)): o complemento não sofre mudança de estado nem se desloca no espaço mas introduz uma função CAMINHO (Tenny, 1994), que relaciona um evento a uma entidade; a raiz tem a matriz [+DIN, -CAUS]; o mesmo tratamento seria dado a verbos de movimento com complemento, como na frase *O João andou um quilômetro*.

- (47) a. O João leu um livro.
b. O João andou a extensão daquela pista.

d. Verbos exclusivamente inacusativos (cf. (48)): possuem um ν incoativo (de processo), referido com o subscrito GO (Cuervo 2003), o qual, quando não combinado com um ν eventivo, não pode ser causativizado; a raiz desses verbos é do tipo [+DIN, -CAUS] e a eventualidade introduzida pelo ν não pode identificar-se com a eventualidade introduzida pelo núcleo de Voz, o que explicaria o fato de tais verbos não serem verbos de alternância causativo-incoativa.

(48) O João chegou.

e. Verbos de estado: têm raízes com a matriz [-DIN, -CAUS]; há um *v* que introduz estado (BE) e que se combina diretamente com a raiz; o argumento externo, que será interpretado como tema ou portador do estado, é introduzido através de um núcleo de Voz.

(49) O João possui uma casa em Ubatuba.

Outra apresentação realizada no Encontro de 2009 com o tema estrutura argumental intitulou-se *Relacionando as Estruturas Semântico-Lexical e Sintático-Lexical*. Nesse trabalho, Márcia Cançado e Luisa Godoy buscam oferecer uma proposta de representação lexical dos verbos em dois níveis relacionados por meio das raízes verbais: um nível sintático-lexical, que prevê as possíveis configurações sintáticas e as alternâncias argumentais das classes de verbos e toma a forma das estruturas de Hale e Keyser (1993, 2002), em que a raiz é considerada um elemento pertencente a alguma categoria gramatical; e um nível semântico-lexical, que organiza e caracteriza semanticamente as classes verbais e toma a forma de uma decomposição de predicados (nos termos de Levin e Rappaport-Hovav 1995-2005), em que a raiz é um elemento que representa o sentido idiossincrático do verbo e que pode ser classificada quanto a uma ontologia das raízes.

A motivação para postularem esses dois níveis se deve ao fato, já observado por Levin e Rappaport-Hovav (2005), de que é preciso tornar explícita a correspondência dos argumentos semânticos da decomposição de predicados nas posições sintáticas, o que pode ser feito por meio de regras de mapeamento (*linking*) ou por hierarquias de argumentos. Nesse contexto, as autoras consideram que a sintaxe lexical de Hale e Keyser (2002) pode funcionar como uma hierarquização dos argumentos semânticos, de forma a fazer a interface da semântica lexical com a sintaxe propriamente dita, a sintaxe sentencial (o que viria a ser uma proposta de mapeamento sintático). Por outro lado, o nível sintático-lexical sozinho (tal como se apresenta na teoria formulada por Hale e Keyser) não dá conta de representar todos os traços lexicais relevantes linguisticamente em relação aos verbos.

Assumindo que as quatro estruturas sintático-lexicais propostas em Hale & Keyser (2002) são universais, mas considerando a possibilidade de que as classes verbais não sejam sempre as mesmas em todas as línguas, em termos da denotação dos eventos no mundo (i.e., da conceptualização dos

eventos lexicalizados pelos verbos), e tomando como referência as teorias de decomposição de predicados, as autoras constroem a seguinte proposta de representação lexical para as seguintes classes de verbos do PB:

- a. Verbos de mudança de estado que denotam um evento externamente causado (cf. 50)): esses verbos pertencem à categoria ontológica dos estados e essa informação é projetada na sintaxe lexical do verbo como um adjetivo, formando uma estrutura com dois eventos – *quebrar*: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <QUEBRADO>]]; a presença do Spec de V licencia a possibilidade de um argumento alternante, de modo que esses verbos participam da alternância causativa (o predicado ACT é opcional, desencadeando, quando ativado, a leitura agentiva); não podem ter o objeto apagado (*O João *quebrou o vaso*).

- (50) a. O vaso (se) *quebrou*.
b. João *quebrou o vaso* (deliberadamente).

- b. Verbos de resultado que denotam evento externamente causado (cf. (51)): a representação semântica inclui o predicado ACT, que codifica a agentividade lexicalmente; a estrutura de eventos é composta por dois subeventos relacionados por uma causação – *cortar*: [[X ACT] CAUSE [<CORTE> of Y]]; pertencem à categoria ontológica dos eventos e essa informação é projetada na sintaxe lexical do verbo como um nome, complemento de uma preposição – [_V V [_{DP} *a folha* [_P P [_N *corte*]]]]; não existe a possibilidade da estrutura alternante causativa (*A *folha (se) cortou*), tampouco de apagamento do objeto (*O João *cortou a folha*).

- (51) O João *cortou a folha*.

- c. Verbos de criação que denotam evento externamente causado (cf. (52)): estabelecem uma relação de causa entre dois subeventos e têm um agente inerente marcado no verbo, porém os seus objetos denotam uma entidade final criada (um *tema incremental*, nos termos de Dowty 1991); os sentidos desses verbos estão relacionados às maneiras específicas de um agente agir, sendo as raízes subespecificações do predicado ACT, expressas pela categoria ontológica MANEIRA – *pintar*: [[X ACT _{<MANNER>} CAUSE [<CREATION> of Y]]; *Maneira*

está relacionada ao modo verbal, devendo ser associada, na estrutura sintático-lexical, a V – [_V *pintar* [_{DP} *um quadro*]]; não existe a possibilidade de alternância causativa (**O quadro (se) pintou*), mas o objeto pode ser apagado (*O João pintou a noite toda*), de forma que esses verbos apresentam também uma estrutura monoeventiva, em que a interpretação aspectual passa de *accomplishment* a atividade.

(52) O João pintou um quadro.

d. Verbos de atividades que denotam evento internamente causado: trata-se de eventos de natureza monoeventiva, causados pelas propriedades inerentes da entidade participante do evento, os quais são afetados por sua própria ação – *dance*: [X ACT _{<MANNER>}] & [AFFECT X]; a estrutura sintático-lexical é a dos verbos inergativos – [_V V [_N *dança*]]; não participam da alternância causativa (**Eu dancei o João*), mas aceitam a inserção de um objeto cognato ou hiponímico (*João dançou um samba*), desde que esse objeto tenha uma especificação não contida no próprio verbo.

(53) João dançou.

Num outro trabalho, intitulado *Construções com Alternância de Estrutura Argumental: Uma Abordagem em Termos de Núcleos Aplicativos*, Rozana Naves e Heloisa Salles analisam construções causativas (cf. (54a)) e psicológicas (cf. (55a)), que se caracterizam por apresentarem um sintagma preposicional encabeçado pela preposição *com*, o qual é usualmente interpretado como *instrumento* – em termos amplos, que abrange tanto instrumentos propriamente ditos quanto os chamados instrumentos-causa (Levin e Rappaport-Hovav 1992) –, e por admitirem alternância de estrutura argumental, ora com o *instrumento* (sentenças (b)) ora com o *tema* (sentenças (c)) na posição sujeito:

- (54) a. A Maria abriu a porta com a chave. [variante transitiva]
b. A chave abriu a porta. [variante causativa]
c. A porta abriu (com a chave). [variante inacusativa]
- (55) a. O João preocupa a Maria com o seu comportamento. [variante transitiva]

- b. O comportamento (do João) preocupa a Maria. [variante causativa]
- c. A Maria se preocupa (com o comportamento (do João)). [variante inacusativa]

Elas pretendem captar a relação entre três fatos relevantes a respeito dessas construções: (i) nem todo predicado transitivo com sintagma instrumento, assim como nem todo predicado psicológico, se submete à alternância sintática (56)-(57); (ii) parece haver uma interseção entre alternância causativa (com o *instrumento* em posição de sujeito) e alternância inacusativa (com o *tema* na posição de sujeito) – os predicados que admitem uma admitem a outra e vice-versa; (iii) *causador e instrumento* podem coocorrer na posição de sujeito (58).

- (56) a. O João pintou a casa com o rolo.
b. *O rolo pintou a casa.
c. *A casa pintou (com um rolo).
- (57) a. O João ama a Maria com toda a sua força.
b. *Toda a força (do João) ama a Maria.
c. *A Maria se ama (com toda a força do João).
- (58) a. A Maria com a chave/ A chave com a Maria abriu a porta.
b. O João com seu comportamento preocupa a Maria.

Apoiando-se em análises prévias para o sintagma *instrumento* (Levin e Rappaport-Hovav 1992; Alexiadou e Anagnostopoulou 2007), as autoras assumem que os sintagmas *instrumento* são interpretados como eventivos nas construções em que a alternância sintática é possível (correspondem a uma engrenagem, uma força interna, um princípio ativo, ou uma nominalização de evento) e que o processo pelo qual o argumento *instrumento* é igualado ao operador CAUS em VP, que introduz forças e causas naturais, independe de o argumento denotar (lexicalmente) uma causa.

A hipótese desenvolvida é a de que as propriedades semântico-lexicais dos verbos fornecem informações relevantes para a configuração dos argumentos na sintaxe. Segundo essa proposta, nos dados em que não ocorrem as alternâncias, propriedades léxico-semânticas do verbo introduzem uma variável de *modo/maneira* que corresponde à função semântica *instrumento*, a qual pode permanecer implícita ou pode ser realizada por um sintagma introduzido por um núcleo lexical – a preposição *com*. Trata-se, portanto,

de argumentos *default* (Mira Mateus *et al.* 2003) –, uma situação que admite uma análise em termos da noção de *co-predicação* (Wechsler 1995). Inversamente, uma condição para que seja projetada a configuração em que o sintagma *instrumento* (puro, ou não) é interpretado como *evento* – ou seja, uma condição para que o argumento interpretado como *instrumento* seja igualado ao operador CAUS – é que as propriedades semântico-lexicais do verbo não introduzam uma variável de *modo/maneira* a ser ligada por um sintagma instrumento. Um corolário dessa proposta é o de que a manifestação da variante inacusativa pressupõe a ausência de uma variável de *modo/maneira* nas propriedades semântico-lexicais do predicado – do que decorre a possibilidade de denotar a causação independentemente de uma causa (externa).

A análise proposta pelas autoras é formalizada nos seguintes termos:

- a. na variante com o sujeito *instrumento*, o núcleo *Voz* introduz o *instrumento*, igualando esse argumento ao operador eventivo CAUS em VP (assumindo parcialmente Alexiadou e Anagnostopoulou 2007);
- b. o *instrumento* igualado ao operador CAUS em VP está em distribuição complementar com um traço seletional no predicado, que introduz uma variável de *modo/maneira* a ser ligada por uma função *instrumento*;
- c. o *instrumento* é introduzido por um núcleo funcional aplicativo *alto* (Pylkkänen 2002), realizado pela preposição *com*; o núcleo aplicativo distingue-se de *Voz* por permitir que o sintagma *instrumento* ocorra vinculado estruturalmente ao argumento *agente*; essa relação se define pela noção de *fusão/fissão de papéis temáticos* (Goldberg 1995) e (opcionalmente) por uma relação de correferencialidade/ligação anafórica (*O João_i preocupa a Maria com o seu_i comportamento*);
- d. no caso dos predicados que não alternam, o sintagma *instrumento* é selecionado pelo verbo, sendo projetado por um núcleo lexical (realizado pela preposição *com*); portanto, a não-ocorrência das variantes causativa e inacusativa está relacionada à presença de traços seletionais no verbo para a função instrumento.

De acordo com essa proposta, portanto, a diferença de comportamento entre os predicados alternantes e não-alternantes está relacionada a diferentes estatutos do sintagma [COM *Instrumento*]: esse sintagma ocorre como modificador dos predicados não-alternantes (que carregam em sua estrutura semântico-lexical a noção de instrumento), e, nesses casos, a preposição COM é lexical; nos predicados alternantes (que não carregam em

sua estrutura semântico-lexical a noção de instrumento), o sintagma ocorre como argumento, em uma projeção aplicativa, cujo núcleo é a preposição funcional COM, e na qual são projetados o agente e o instrumento. As autoras sugerem que essa análise pode ser estendida para a alternância locativa (59), que teria um núcleo aplicativo *baixo*, na projeção interna do VP, alinhando-se com o tratamento teórico da chamada alternância dativa.

- (59) a. A Maria bordou o vestido com lantejoulas.
b. A Maria bordou lantejoulas no vestido.

Outro trabalho apresentado na Sessão Temática do Encontro de 2009 foi o de Miriam Lemle e Cristina Siaines de Castro, intitulado *Polissemias em Verbos segundo uma Abordagem Exo-esqueletal*. As autoras criticam a teoria desenvolvida por Hale & Keyser (2002), que prevê que cada verbo, como um item lexical, é responsável pela sintaxe em que recebe licenciamento (*L-syntax*), a partir da qual atribui papéis temáticos. Segundo as autoras, nesse modelo, um mesmo verbo não figuraria em mais de um dos três paradigmas propostos – locação (*rabiscar a parede*), estado (*a sopa estragou*) ou criação (*rabiscar um bilhete*) – e essa expectativa de mapeamento unívoco entre verbo e papéis temáticos não se mostra verdadeira, como ilustram os exemplos a seguir, em que um mesmo verbo pode figurar em mais de um paradigma:

- | | |
|-----------------------------------|------------|
| (60) a. Ele assinou um documento. | (locação) |
| b. Ele só sabe assinar o nome. | (criação) |
| (61) a. João pintou a parede. | (locação) |
| b. Picasso pintou Guernica. | (criação) |
| (62) a. Maria assou um bolo. | (criação) |
| b. O calor assou o nenê. | (estativo) |

Assumindo uma visão que chamam de *exo-esqueletal*, aproveitando o termo proposto em Borer (2003), as autoras apresentam uma proposta para o tratamento de polissemias dos verbos do português, defendendo que a estrutura argumental resulta da interação entre uma configuração sintática na qual a raiz está inserida e o significado arbitrário da raiz, e não de uma sintaxe inerente a um item lexical. Por consequência, o método de pesquisa adotado admite que qualquer raiz pode figurar em qualquer posição no esqueleto sintático. A exemplificação da proposta se dá com o verbo *correr*:

- (63) a. A criança corre (pelo pátio).
b. O sangue corre (pelas veias).
c. Boatos correm.
d. Joaquim correu a maratona.
e. Ele correu um fio pela casa.

Embora não apresentem uma formalização dos significados da raiz $\sqrt{\text{CORR}}$, as autoras indicam que os traços *deslocamento* ou *percurso* e *rapidez* estão presentes nos significados enciclopédicos dessa raiz. A combinação desses traços com as demais peças vocabulares em diferentes configurações determina quais e quantos desses significados podem ser ativados. A estrutura argumental é, portanto, a leitura das peças vocabulares em configurações sintáticas. Como consequência, a presença ou ausência do caráter agentivo nos argumentos *criança* (63a) e *sangue* (63b), não decorre da configuração sintática, mas da interação entre a configuração sintática e o significado arbitrário de cada raiz. A interação entre o DP *a criança* e a raiz $\sqrt{\text{CORR}}$, dominada por Tempo, ativa o caráter de agente no argumento externo, e tanto a noção de *deslocamento* ou *percurso* como a de *rapidez* se manifestam. Diversamente, na mesma configuração, o DP *o sangue* não ativa o caráter agentivo, e a noção de *rapidez* não está necessariamente presente. Os exemplos se baseiam na premissa de que a raiz $\sqrt{\text{CORR}}$ pode conter dois significados mínimos, e ambos, ou apenas um, podem estar ativados pela composição.

As autoras concluem que a polissemia nos verbos é o normal e não o excepcional, embora a percepção de que todas as acepções provêm de um mínimo conceptual de uma mesma raiz seja muito forte, razão pela qual propõem distribuir responsabilidades semânticas entre três fatores: uma contribuição mínima do significado inerente da raiz, uma composição de significados proveniente do cálculo ativado pelo arcabouço sintático, e leituras idiomáticas específicas que podem ser renegociadas partir dos cálculos composicionais que as fases da sintaxe comandam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas considerações finais estão organizadas de acordo com o que foi o propósito deste artigo: apresentar o percurso seguido pelo GT-TG e as perspectivas que nortearão a continuidade de suas atividades.

A partir do que foi realizado, especialmente nos últimos cinco anos, as quatro seções deste artigo permitem uma visão panorâmica da linha de

organização temática que tem orientado as pesquisas, e conseqüentemente, a organização dos Encontros. Cada seção foi introduzida por uma breve apresentação que procurou pontuar algumas questões do suporte teórico dos temas básicos desenvolvidos nos vários trabalhos apresentados e debatidos no âmbito do GT.

Na Seção 1, questões de natureza epistemológica, de grande importância nas várias fases do programa “gerativo”, são amplamente discutidas. Velhas e novas questões teórico-metodológicas, que dão sustentação ao programa de investigação da gramática gerativa são colocadas ou recolocadas à luz do desenvolvimento das ciências nesse novo século, evidenciando que as hipóteses científicas, cuidadosamente construídas, quando comprovadas através dos resultados obtidos, contribuem para o aprofundamento ou evolução da investigação da teoria gramatical da linguística teórica. A argumentação reforça a consistência da proposta teórica que vem sendo desenvolvida ao longo de sua existência. Em se tratando de um programa de investigação que tem mais de cinquenta anos, e que tem sido constantemente avaliado, cada nova fase persegue a formulação de novos objetivos e métodos, em sintonia com as ciências mais desenvolvidas, a fim de fazer avançar a teoria gramatical em novas direções, para uma maior aprofundamento explicativo das línguas naturais.

A Seção 2 é constituída da apresentação de três mesas-redondas que priorizam as propriedades das interfaces entre a sintaxe e a prosódia, a sintaxe e o léxico, e a sintaxe e a semântica. Podemos depreender, através dos dados empíricos e das análises apresentadas que a compreensão das estruturas sintáticas encontra-se interligada ao léxico, à fonética/fonologia e à semântica, contemplando as interfaces articulatorio-perceptual (A-P) e conceptual-intencional (C-I), no interior do programa gerativo. E, evidentemente, o tratamento das interfaces entre a sintaxe e cada uma dessas componentes contribui para o fortalecimento da teoria gramatical da linguística teórica. Questões extraídas das mesas-redondas que priorizaram as propriedades das interfaces ratificam essa posição: a) Quais os efeitos dos padrões entoacionais na ordem das palavras numa estrutura sintática?; b) Qual o estatuto das preposições e o seu comportamento sintático?; c) Como o significado e as informações temáticas interagem com a estrutura sintática?

Na Seção 3, foram apresentados aspectos da estrutura informacional, na qual as funções informacionais (ou discursivas), como as de tópico e foco, além de outras, são consideradas pertinentes para a descrição de certas ordens de palavras. A interface entre a estrutura sintática e a estrutura

informacional ilustra o pressuposto de que o PB se caracteriza como uma língua de proeminência de tópico, com uma possível influência das línguas africanas. A abordagem prioriza questões referentes à mudança gramatical, com fortes indícios no modo como os brasileiros conceituam eventos e situações, apresentando como uma propriedade inovadora a marca gramatical da informação refletida na configuração da proeminência de tópico. Nessa Seção ainda foi apresentado um trabalho sobre as construções pseudo-clivadas do português e os efeitos de conectividade observados nessa língua, com uma proposta de análise derivacional desse fenômeno.

A Seção 4 tratou da estrutura argumental, a partir da apresentação de quatro trabalhos, com diferentes perspectivas teóricas de base formalista. O primeiro trabalho, adotando o modelo teórico não-lexicalista da Morfologia Distribuída, apresenta uma proposta de análise para a codificação de uma estrutura argumental dos verbos da língua portuguesa. O segundo trabalho, adotando as estruturas sintático-lexicais de Hale & Keyser (1993, 2002), apresenta uma proposta de representação lexical dos verbos em dois níveis relacionados por meio das raízes verbais: a) o nível sintático-lexical, e b) o nível semântico-lexical. O terceiro trabalho desenvolve uma análise em termos de núcleos aplicativos para construções causativas e psicológicas, que se caracterizam, por um lado, por apresentarem um sintagma preposicional encabeçado pela preposição *com*, o qual é usualmente interpretado como *instrumento* (em termos concretos ou abstratos), e, por outro lado, por admitirem alternância de estrutura argumental, ora com o *instrumento* ora com o *tema* em posição sujeito. O quarto trabalho assume uma abordagem exo-esquelética (Borer 2003) e constitui uma crítica à teoria desenvolvida por Hale & Keyser (*op. cit.*), que prevê que cada item lexical é responsável pela sintaxe em que recebe licenciamento (*L-syntax*), apresentando o argumento de que, nesse modelo, um mesmo verbo não poderia figurar em mais de um dos três paradigmas propostos – locação (*rabiscar a parede*), estado (*a sopa estragou*) ou criação (*rabiscar um bilhete*) –, uma expectativa que não se mostra verdadeira, tendo em vista, por exemplo, a polissemia dos verbos (exemplificada com o verbo *correr*).

Os trabalhos apresentados e debatidos nos eventos organizados pelo GT representam o percurso seguido pelos pesquisadores em suas pesquisas, e os comentários realizados acima permitem visualizar uma amostragem do que foi produzido.

A partir do percurso seguido pelo GT nos últimos anos, sugerem-se algumas perspectivas que poderão nortear a continuidade de suas atividades:

- a. dar continuidade à escolha de linhas de organização temática, a fim de incentivar a pesquisa colaborativa e facilitar a organização de eventos;
- b. procurar manter a interlocução com outros Grupos de Trabalho, vinculados à ANPOLL;
- c. manter a organização dos encontros anuais;
- d. incentivar a inclusão de novos temas de investigação no GT.

Uma das linhas de investigação que se sugere incentivar é a da Sintaxe Comparativa, uma área que tem se mostrado bastante profícua nos últimos anos, especialmente para análises que têm correlacionado fenômenos de variação linguística (entre línguas de uma mesma família, ou não) à linguística formal, e a gramática gerativa chomskiana tem fornecido o suporte teórico indispensável para as análises empreendidas (Moura 2009).

Para Rizzi (1988), a ideia de comparar línguas para propósitos teóricos não é nova. No século XIX, a gramática comparativa obteve muito sucesso estabelecendo relações de origem e de parentesco entre as línguas à base de considerações comparativas, e vários enfoques comparativos para a tipologia das línguas obtiveram sucesso nesse século. Nos últimos dez anos, o método comparativo tornou-se um componente essencial do programa de pesquisa conhecido como gramática gerativa, com resultados muito proveitosos, em particular no domínio da teoria sintática. A nova sintaxe comparativa difere da tradição comparativa clássica no que se refere ao seu objetivo fundamental que não é histórico, mas psicológico: o objetivo fundamental do programa não dá conta do desenvolvimento das línguas (mesmo que existam conseqüências significativas para a linguística histórica), mas dá conta do objeto cognitivo, o conhecimento da língua que os falantes partilham, e a aquisição desse conhecimento. Tenta-se responder à questão fundamental sobre o papel da experiência e das propriedades intrínsecas na constituição do saber lingüístico do falante adulto, o que é crucial para conhecer o que pode variar e o que resta invariável entre as línguas. Nesse sentido, a nova sintaxe comparativa pode exigir legitimamente um lugar no domínio da psicologia cognitiva e das ciências cognitivas.

Kayne (2000) caracteriza a sintaxe comparativa como uma nova faceta da teoria sintática –, e nela enfatiza os objetivos da sintaxe microparamétrica. Ele enfatiza a importância dos estudos comparativos sobre a sintaxe das línguas e dialetos como uma fonte de investigação bastante promissora para fornecer uma ampla compreensão da fixação de parâmetros nessas línguas e dialetos, além de fornecer explicações para a questão das unidades

mínimas de variação sintática. Para ele, a sintaxe comparativa pode ser pensada como uma faceta da teoria sintática que se ocupa diretamente da questão de como caracterizar as propriedades das línguas humanas, que não são universais. E o estudo das diferenças entre línguas deve obviamente ocorrer junto ao estudo do que elas têm em comum, isto é, junto ao estudo dos princípios da Gramática Universal que interagem com os parâmetros das línguas específicas para produzir a variação observada. Similarmente, existem fortes razões para acreditar que procurar os princípios sintáticos universais não pode acontecer sem uma atenção especial à variação linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena. *Proceedings of the 2007 Workshop in Greek Syntax and Semantics*. MITWPL 57, 2007.

AKMAJIAN, A. On Deriving Cleft Sentences from Pseudocleft Sentences. *Linguistic Inquiry* 1, 1970, p. 149–168.

ARAD, Maya. A Minimalist View of the Syntax-Lexical Semantics Interface. *UCL Working Papers in Linguistics*, 8, 1996.

BERTINETTO, Pier Marco. Intrinsic and extrinsic temporal reference: on restricting the notion of ‘reference time’. *Journal of Italian Linguistics*, 1982, p. 71-108.

BOECKX, Cedric; HORNSTEIN, Norbert. Les différents objectifs de la linguistique théorique. In: Jean Bricmont et Julie Franck (eds). *Chomsky*. Paris: La Maison de l’Herne, 2007, p. 61-77.

BORER, Hagit. Exo-Skeletal vs. Endo-Skeletal Explanations: Syntactic Projections and the Lexicon. In: John Moore e Maria Polinsky (eds.) *The Nature of Explanation in Linguistic Theory*, Stanford: CSLI Publications, 2003

BORER, H. *Structuring Sense*. Oxford University Press, 2005.

BOŠKOVIĆ, Željko. D-structure, Theta-criterion, and Movement into Theta-positions. *Linguistic Analysis* 24, 1994, p. 247-286.

BOŠKOVIČ, Željko. Pseudoclefts. *Studia Linguistica* 51, 1997, p. 235–277.

BOŠKOVIČ, Željko. *On the Nature of the Syntax-Phonology Interface: Cliticization and Related Phenomena*. Amsterdam: Elsevier Science, 2001.

BOUCHARD, D. An Alternative to Wh-Movement in French Relative Clauses. In: W.W. Cressey; D.J.Napoli (eds.) *Linguistic Symposium on Romance Languages: 9*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1981, p.216- 226.

CANÇADO, Márcia; GODOY, Luísa. Relacionando as Estruturas Semântico-Lexical e Sintático-Lexical. Apresentação realizada em sessão temática durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2009.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton. 1957.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation. In: D. Steinberg & I. Jakoboviys (eds.) *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychologie*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p. 186-216.

CHOMSKY, Noam. Conditions on Rules of Grammar. *Linguistic Analysis* 2, 1976, p. 303-352.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. *Barriers*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986a.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of Language, its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger Publishers, 1986b.

CHOMSKY, Noam. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In: Kenneth Hale & Samuel Keyser (eds.) *The View from Building 20*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass. The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: M. Kenstowicz (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001, p. 89-155.

CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. The Theory of Principles and Parameters. In: J. Jacobs; A. von Stechow; W. Sternefeld; T. Vennemann (eds.) *Syntax: An International Handbook of Contemporary Research*. Berlin: De Gruyter, 1993.

CINQUE, Guglielmo. *Types of A' Dependencies*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

CUERVO, M. C. *Datives at Large*. Tese de Doutorado, Cambridge, Mass.: MIT, 2003.

DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language* 67, 1991, p. 547-619.

DUBOIS, Jean. *et al. Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1998.

GENTNER, Timothy *et al. Recursive Syntactic Pattern Learning by Songbirds*. *Nature*, 440, 2006.

FERREIRA, Marcelo. *Argumentos Nulos em Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2000.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; SEARA, Izabel Christine. *Sobre a Prosódia de VS e SV em Português Brasileiro*. Apresentação realizada em mesa-redonda durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2005.

GOLDBERG, A. *Constructions: A Constructional Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1995.

GUIMARÃES, Maximiliano. Distinguishing Knowledge from Belief in Understanding the Logic of the Poverty of Stimulus Argument. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 49, n. 2, 2007, p. 135-149.

HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In: Kenneth Hale e Samuel Keyser (eds.) *The View from Building 20*, Cambridge: MIT Press, 1993, p. 53-109.

HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel. *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge: MIT Press, 2002.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Licensing in the Non-lexicalist Lexicon: Nominalizations, Vocabulary Items and the Encyclopaedia. In: Heidi Harley (ed.) *MIT Working Papers in Linguistics 32: Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*, Cambridge, 1998, p. 119-137.

HARLEY, H. Compounding in Distributed Morphology, 2008. (A sair em *Oxford Handbook of Compounding*, editado por Rochelle Lieber and Pavol Stekauer.)

HAUSER, M., CHOMSKY, N. & FITCH, W. The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How did It Evolve? *Science* 298. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/articles/20021122.pdf>>

HIGGINS, R. *The Pseudocleft Construction in English*. Doctoral dissertation, MIT, 1973.

HORNSTEIN, Norbert. Movement and Control. *Linguistic Inquiry* 30, 1999, p. 69-96.

JACKENDOFF, Ray. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1972.

JACKENDOFF, Ray. *Semantics and Cognition*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.

JACKENDOFF, Ray. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

KATO, Mary A.. Strong Pronouns, Weak Pronominals and the Null Subject Parameters. *PROBUS*, v.11, n.1, Berlin, 1999, p. 1-37.

KATO, Mary A. Caso Inerente, Caso 'Default' e Ausência de Preposições. Apresentação realizada em mesa-redonda durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2007.

KATO, M. A.; NUNES, J. M. A Uniform Raising Analysis for Standard and Nonstandard Relative Clauses in Brazilian Portuguese. Ms., 2007.

KATO, Mary A.; MIOTO, Carlos. Pseudo-clivadas e os Efeitos de Conectividade. Apresentação realizada em mesa-redonda durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2009.

KAYNE, Richard S. *Parameters and Universals*. New York: Oxford University Press, 2000.

KAYNE, Richard S. Pronouns and their Antecedents. In: S. Epstein & D. Seely (eds) *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Malden, Mass: Blackwell. 2002, p. 133-166.

LEMLE, Miriam. A Problemática Aceitação Social da Noção de Inatismo na Cognição da Linguagem. *Revista Letras*, n. 72, 2007, p. 133-139.

LEMLE, Miriam; CASTRO, Cristina. Polissemias em Verbos segundo uma Abordagem Exo-esqueletal. Apresentação realizada em sessão temática durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2009.

LEVIN, Beth; RAPAPPORT-HOVAV, Malka. The Lexical Semantics of Verbs of Motion: The Perspective from Unaccusativity. In: I. M. Roca (ed.) *Thematic Structure: Its Role in Grammar*, Foris, Berlin, 1992, p. 247-269.

LEVIN, Beth; RAPAPPORT-HOVAV, Malka *Unaccusativity; at the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT-HOVAV, Malka. *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LIN, J. *Event Structure and the Encoding of Arguments: The Syntax of the Mandarin and English Verb Phrase*. Tese de Doutorado, Cambridge, Mass.: MIT, 2004.

LOBATO, Lucia. Afinal, Existe a Construção Resultativa em Português?. In: L. Negri; M. J. Foltran; R. P. de Oliveira (orgs.) *Sentido e Significação: Em Torno da Obra de Rodolfo Ilari*, São Paulo: Contexto, 2004.

MARANTZ, Alec. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. In: A. Dimitriadis; L. Siegel; C. Surek-Clark; A. Williams. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium. In: Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, 1997, p. 201-225.

MARANTZ, Alec. Words. Artigo apresentado em West Coast Conference on Formal Linguistics, University of Southern California Los Angeles, 2001.

MARANTZ, Alec. "...", Manuscrito, New York University, 2007.

MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 6^a ed., Lisboa: Caminho, 2003.

MOURA, Denilda. A Sintaxe da Concordância no PB: Um Estudo Comparativo entre o PB e Línguas Crioulas de Origem Portuguesa. Projeto de pesquisa em desenvolvimento. UFAL/Pós-graduação em Letras e Linguística, 2009.

NAVES, Rozana; SALLES, Heloisa. *Construções com Alternância de Estrutura Argumental: Uma Abordagem em Termos de Núcleos Aplicativos*. Apresentação realizada em sessão temática durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2009.

NUNES, Jairo. Minimalismo: Um Balanço Otimista. Conferência realizada durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2005.

PARSONS, T. *Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1990.

PYLKKÄNEN, Liina. *Introducing Arguments*. Tese de Doutorado. Cambridge, Mass.: MIT, 2002.

RADFORD, Andrew. *Minimalist Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RAMCHAND, G. C. Time and the Event: the Semantics of Russian Prefixes. In: P. Svenonius (org.). *Nordlyd 32: Slavic Prefixes*, Troms: Université de Troms, 2004, p. 323-361. (Disponível no site <http://www.ub.uit.no/munin/nordlyd>)

- RAMCHAND, G. C. *Verb Meaning and the Lexicon: a First-phase Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- RAPOSO, Eduardo. *O Programa Minimalista. Noam Chomsky*. Tradução, Apresentação e Notas à Tradução. Lisboa: Caminho, 1999.
- RIZZI, Luigi. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.
- RIZZI, Luigi. *The New Comparative Syntax: Principles and Parameters of Universal Grammar*. Apresentação no 10º Curso Avançado “Language and Cognition”. Genève/Fondation Archives Jean Piaget, 1988.
- RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. In: L.Haegeman (ed.) *Elements of grammar*, Dordrecht: Kluwer, 1997, p. 281-337.
- RODRIGUES, Cilene. Morphology and Null Subjects in Brazilian Portuguese. In: David Lightfoot (ed.) *Syntactic Effects of Morphological Change*, Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 160-178.
- RODRIGUES, Cilene. *Impoverished Morphology and A-movement out of Case Domains*. Tese de Doutorado, Maryland: University of Maryland, 2004.
- RODRIGUES, Patrícia de Araújo. O Aspecto nas Construções Infinitivas e Gerundivas Complementos de Verbos de Percepção. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 14, 2006, p. 77-98.
- SCHER, Ana Paula. O Aspecto do Auxiliar em Debate. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 15, nº 1, 2007, p. 7-16.
- SCHER, Ana Paula; MEDEIROS, Alessandro; MINUSSI Rafael. Estrutura Argumental em Morfologia Distribuída. Apresentação realizada em sessão temática durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2009.
- SCHÜTZE, C. On the Nature of Default Case. *Syntax* 4:3, 2001, p. 205-238.
- STOWELL, Tim. *Origins of Phrase Structure*. Tese de Doutorado, Cambridge, Mass.: MIT, 1981

TARALLO, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado, UPENN, 1983.

TENNY, Carol. *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.

VIOTTI, Evani; NEGRÃO, Esmeralda. Português Brasileiro como Língua de Proeminência de Tópico: a Participação das Línguas Africanas. Apresentação realizada em mesa-redonda durante o Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática, 2006.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. O Aspecto do Auxiliar. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 14, nº 2, 2006, p. 55-75.

WECHSLER, Stephen. *The Semantic Basis of Argument Structure*. Stanford, CA: CSLI Publications, 1995.

ZUBIZARRETA, Maria Luiza. Las funciones informativas. In: I. Bosque & V. Demonte (eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, v. 3, 1999, p. 4215-44.